



Instituto Superior de Línguas e Administração de Leiria

**Competências de Exploração Vocacional: um estudo
com reclusos**

Sandra Liliana Lopes Marques

Leiria

Junho, 2013



Instituto Superior de Línguas e Administração de Leiria

**Competências de Exploração Vocacional: um estudo
com reclusos**

Sandra Liliana Lopes Marques

Dissertação submetida para satisfação parcial dos requisitos do grau de Mestrado em
Psicologia Social e Organizacional sob a orientação da Professora Doutora Liliana Faria

Leiria

Junho 2013

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação da Professora Doutora Liliana Faria, apresentada ao Instituto Superior de Línguas e Administração de Leiria para obtenção do grau de mestre em Psicologia Social e Organizacional, conforme o Despacho n.º 23130/2008, da DGES, publicado na 2ª série do Diário da República, em 10 de setembro de 2008.

DECLARAÇÃO

Nome: Sandra Liliana Lopes Marques

Endereço Eletrónico: sandra.esk@hotmail.com

Telefone: 910773515

Número do Cartão de Cidadão: 13541228

Título da Tese de Mestrado: Competências de exploração vocacional: um estudo com reclusos

Orientadora: Doutora Liliana Faria

Ano de Conclusão: 2013

Designação do Mestrado: Mestrado em Psicologia Social e Organizacional

É autorizada a reprodução integral desta Dissertação, apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

ISLA, junho de 2013

Assinatura: _____

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer à minha mãe e aos meus avós que tornaram este sonho realidade apesar de todos os obstáculos e provações que a vida tem sido. Agradeço por, ainda que em tempos de bastantes dificuldades, nunca terem posto em causa o início ou o término deste curso.

Agradeço ao Mário por toda a força, apoio e dedicação que me proporcionou não só ao longo desta dissertação, mas também ao longo dos anos de estudo e, por vezes desesperos, por vezes orgulhos, próprios da vida académica. Agradeço por toda a ajuda, todo o amor e carinho, toda a preocupação partilhada e incrível disponibilidade.

Um grande e especial agradecimento à minha orientadora Doutora Liliana Faria que me acolheu como orientanda, que acreditou sempre em mim mesmo quando eu não acreditava, que me moveu sempre no caminho certo, que me transmitiu a sua sabedoria e excelência, aos quais eu tentarei fazer jus.

À minha madrinha, à minha tia Mena, ao meu tio Quim e à minha querida prima Letícia que me fizeram sentir tanto amor, carinho e apoio incondicionais. O vosso coração está sempre comigo, como o meu está sempre com vocês.

Um agradecimento à Dra. Filipa Silva que gentilmente me permitiu usar o questionário em que se baseia este trabalho.

Agradeço ao Dr. António Oliveira que me recebeu no estabelecimento prisional regional de Caldas da Rainha e à Dra. Dalila Runa que posteriormente me acompanhou com toda a disponibilidade e cooperação na elaboração desta investigação. Agradeço também aos simpáticos guardas prisionais que estiveram envolvidos na minha visita ao referido estabelecimento prisional e aos reclusos que participaram na investigação.

Quero agradecer também aos meus colegas de turma pela amizade, entreaajuda e incentivo.

Competências de exploração vocacional: um estudo com reclusos

Resumo

A exploração vocacional tem sido um conceito estudado entre adolescentes, jovens adultos e adultos (Faria, 2008; Faria & Taveira, 2006; Faria, Taveira & Saavedra, 2008; Mota, 2010; Pinto, 2010; Silva, 2008; Silva, 2010). Com o objetivo de contribuir para compreensão da exploração vocacional noutro tipo de amostra, nomeadamente reclusos, foi desenvolvido um estudo onde se avaliam as competências da exploração vocacional numa amostra de 58 reclusos a cumprir pena num estabelecimento prisional regional da zona centro do país. Foi utilizado o questionário Career Exploration Survey (Taveira & Silva, 2010) de forma a avaliar as crenças de exploração, comportamentos de exploração e reações à exploração. São analisadas as diferentes subescalas do questionário e as relações entre estas e as variáveis sociodemográficas. Os resultados apontam no sentido que a idade e a duração da pena de prisão atuam como dificultadores da reinserção no mercado de trabalho e ocupação da posição profissional preferida. A idade revelou-se preditora de comportamentos exploratórios, enquanto que o estado civil revelou-se preditor dos níveis de stresse na população reclusa.

Palavras-chave: exploração vocacional, reclusos, carreira

Vocational Exploration Skills: a study with inmates

Abstract

The vocational exploration has been a concept studied among adolescents, young adults and adults (Faria, 2008; Faria & Taveira, 2006; Faria, Taveira & Saavedra, 2008; Mota, 2010; Pinto, 2010; Silva, 2008; Silva, 2010) . Aiming to contribute to understanding of vocational exploration in another sample type, including inmates, a study was conducted in which we assess the competences of vocational exploration in a sample of 58 inmates serving time in a prison of the regional center of the country. A questionnaire was used Career Exploration Survey (Taveira & Silva, 2010) to assess the beliefs of exploration, exploration behaviors and reactions to the exploration. It analyzes the different subscales of the questionnaire and the relationship between these and sociodemographic variables. The results point towards that age and duration of imprisonment act as hindering the reintegration into the labor market and occupation of professional position preferred. The age proved to be a predictor of exploratory behavior, and the civil status proved to be a predictor of stress levels in the target population.

Key-words: vocational exploration, inmates, career

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Introdução.....	10
Capítulo 1. O contexto prisional português.....	13
1. A criminalidade, a prisão e a reinserção social.....	13
1.1 Origens do comportamento delinquente.....	13
1.2 Sistema Prisional.....	15
1.3 Regras prisionais europeias.....	16
1.4 O contexto sócio-cultural dos reclusos e a sua reinserção social.....	19
1.4.1 Trabalho, emprego e formação profissional em contexto prisional.....	20
1.4.2 Plano Individual de Readaptação.....	22
1.4.3 Acompanhamento à libertação dos reclusos.....	22
1.5 Estudos envolvendo o contexto prisional.....	23
Capítulo 2. Exploração vocacional: revisão da literatura.....	28
2. Exploração vocacional.....	28
2.1 Exploração vocacional – conceito.....	28
2.2 Modelo de exploração vocacional.....	29
2.2.1 Exploração vocacional na vida adulta.....	32
2.2.2 Exploração vocacional de adultos reclusos.....	33
2.2.3 Consequências da exploração vocacional.....	34
Capítulo 3. Metodologia.....	37
3.1 Objetivos e hipóteses da investigação.....	37
3.2 Participantes.....	39
3.3 Instrumento de medida.....	40
3.4 Procedimentos.....	42
3.5 Análises estatísticas.....	42
Capítulo 4. Resultados.....	44
4.1 Estudo do Career Exploration Survey para população reclusa.....	44

4.2 Estudo descritivo do CES.....	48
4.3 Estudo das diferenças de grupos.....	49
4.3.1 Diferenças na exploração vocacional em função da idade.....	49
4.3.2 Diferenças na exploração vocacional em função da duração da pena.....	51
4.3.3 Diferenças na exploração vocacional em função das habilitações literárias.....	53
4.3.4 Diferenças na exploração vocacional em função do estado civil..	55
4.3.5 Diferenças na exploração vocacional em função da parentalidade.....	57
4.4 Estudo das correlações entre as escalas do CES e as variáveis sociodemográficas.....	59
4.5 Estudo do efeito preditor das variáveis sociodemográficas nas competências de exploração vocacional avaliadas pelo CES.....	63
5. Discussão dos Resultados.....	66
6. Conclusão.....	71
Referências bibliográficas.....	74

Índice de Tabelas

Tabela 1. Distribuição dos reclusos mediante o estado civil e o número de filhos.....	39
Tabela 2. Distribuição dos reclusos por habilitações literárias e duração da pena.....	40
Tabela 3. Definição das escalas e subescalas de exploração vocacional.....	41
Tabela 4. Teste à normalidade das variáveis.....	44
Tabela 5. Análise descritiva das respostas aos itens do CES.....	46
Tabela 6. Medidas descritivas dos CES e resultados do one sample t test considerando a amostra global.....	48
Tabela 7. Medidas descritivas das escalas crenças de exploração, comportamentos de exploração e reações à exploração e resultados do t teste para amostras independentes em função da variável idade.....	50
Tabela 8. Medidas descritivas das escalas crenças de exploração, comportamentos de exploração e reações à exploração e resultados da one way ANOVA em função da variável duração da pena.....	52
Tabela 9. Medidas descritivas das escalas crenças de exploração, comportamentos de exploração e reações à exploração e resultados da one way ANOVA em função da variável habilitações literárias.....	54
Tabela 10. Medidas descritivas das escalas crenças de exploração, comportamentos de exploração e reações à exploração e resultados da one way ANOVA em função da variável estado civil.....	56
Tabela 11. Medidas descritivas das escalas crenças de exploração, comportamentos de exploração e reações à exploração e resultados do t teste para amostras independentes em função da variável parentalidade.....	58
Tabela 12. Análise das correlações entre as subescalas da exploração vocacional e as variáveis idade, duração da pena e habilitações literárias.....	62
Tabela 13. Análise de regressão.....	64

INTRODUÇÃO

A exploração vocacional, sendo considerada uma fase fundamental do desenvolvimento vocacional do indivíduo, tem vindo a ser estudada com maior incidência com população jovem e jovem adulta (c.f. Bardagi & Hutz, 2010; Blustein, 1997; Creed, Hood, & Patton, 2009; Greenberg & Steinberg, 1986; Stumpf, Colarelli, & Hartman, 1983; Taveira, 1997; Teixeira & Gomes, 2005).

Com o aumento progressivo do desemprego, o emprego deixou de ser algo estável e duradouro para ser algo completamente instável. Não só os adolescentes e jovens adultos a estudar nas universidades têm no horizonte a procura de emprego, como também os adultos partilham desse mesmo horizonte, sendo necessário, muitas vezes, a reorganização da carreira, a formação profissional e a orientação num mercado de trabalho de oportunidades reduzidas (Faria & Loureiro, 2012).

Num mercado de trabalho cada vez mais competitivo, os reclusos encontram uma dificuldade acrescida no que diz respeito à procura de emprego, pois estão privadas e inativas durante um determinado período de tempo, face ao mercado de trabalho (e.g., Pager, 2006; Ramakers, Wilsem, & Apel, 2012; Tyler & Kling, 2006), sendo por isso uma população que está em maior risco de desemprego e de exclusão social. Nesse sentido, intervir no contexto prisional é uma necessidade. E, o número de registos vez maior de sujeitos reincidentes, que originam despesas para a sociedade, interferem com o bem-estar social e individual da população e causam sofrimento nas vítimas e famílias, sublinham a necessidade e premência de intervenções de transição do estabelecimento prisional para o mercado de trabalho (Ramakers *et al.*, 2012). Como tal, é fundamental compreender os comportamentos exploratórios dos reclusos de modo a que possam ser desenhadas metodologias de intervenção neste âmbito, mais adaptadas aos mesmos. Deste modo, o investimento na orientação vocacional e profissional poderá ser uma mais-valia, face reinserção social e profissional dos reclusos. Vários estudos demonstram a eficácia das intervenções vocacionais junto de outras populações (Brown & Krane, 2000; Campbell & Heffernan, 1983, *cit in* Rafael, 2007; Costa, 2005; Faria, 2008; Faria & Taveira, 2006; Oliver & Spokane, 1988; Spokane & Oliver, 1983; Whiston, Brecheisen, & Stephens, 2003; Whiston, Sexton, & Lasoff, 1998).

É objetivo principal deste estudo, avaliar as competências de exploração vocacional de uma amostra de adultos reclusos e avaliar em que medida as diferentes dimensões da exploração vocacional se relacionam com as variáveis sociodemográficas.

Assim, este trabalho encontra-se organizado em duas partes e quatro capítulos distintos. A primeira parte diz respeito ao enquadramento teórico e a segunda parte retrata o estudo empírico.

Da primeira parte, fazem parte o primeiro e segundos capítulos. Enquanto o primeiro capítulo faz uma breve referência às origens do comportamento delinquente e contextualiza o sistema prisional português, o segundo capítulo traduz o conceito em estudo, a exploração vocacional.

A segunda parte é composta pelo terceiro e quarto capítulos. O terceiro capítulo diz respeito à metodologia, aos objetivos e hipóteses da presente investigação, bem como à caracterização dos participantes e instrumento de medida utilizado. O quarto e último capítulo apresentam os resultados e a discussão e interpretação dos mesmos e a consequente conclusão. Apresentam-se as limitações inerentes ao estudo bem como propostas de investigações futuras.

Parte I – Enquadramento Teórico

Capítulo 1. O contexto prisional português

1. A criminalidade, a prisão e a reinserção social

1.1 Origens do comportamento delinquente

O comportamento delinquente é explicado por várias teorias e vários fatores. É a partir da análise dessas teorias que se procura evidenciar as origens deste tipo de comportamento contribuindo, assim, para a sua compreensão e possível prevenção ou reabilitação. A intervenção que visa mudar o comportamento indesejado poderá ser mais assertiva com o conhecimento dos fatores e causas prováveis do comportamento criminoso, contribuindo para a prevenção da sua reincidência (Benavente, 2002; Betz & Voyten, 2012; Damião, 2010).

O desejo de obter alguns bens materiais que não estejam ao alcance dos recursos financeiros do indivíduo, numa conjuntura onde não existem oportunidades no mercado de trabalho, pode gerar comportamentos delinquentes com o resultado de concretizar esse desejo, sendo que uma situação de poucos recursos financeiros pode propiciar a comportamentos desviantes (Damião, 2010). A situação de carência económica traz também um empobrecimento a nível de educação escolar e ao nível da socialização, processo pelo qual os jovens aprendem que certos comportamentos são considerados errados, sendo este processo denominado “controlo social” (Benavente, 2002; Damião, 2010) ou “modelação social” (Bandura, Azzi, Polydoro, *et al*, 2008). As crianças e jovens aprendem as consequências de determinados atos ao verem outros a praticá-los e a ter a consequente punição ou recompensa. A partir desta observação, as pessoas criam expectativas face às consequências do seu próprio comportamento, evitando comportamentos que levem à punição (Bandura *et al*, 2008). Ainda segundo Bandura e colaboradores (2008), “As práticas dos sistemas sociais impõem limitações e proporcionam recursos e estruturas de oportunidade para o desenvolvimento e funcionamento pessoais” (p.16).

O contexto sócio familiar influencia também a educação da criança ou jovem e a sua visão do que é aceitável ou não, como tal, contextos familiares disfuncionais e/ou com historial criminoso por parte de membros da família, podem dar origem à perceção distorcida de que os atos criminais são aceitáveis (Gleitman, Fridlund, & Reisberg, 2009).

Durkheim (n.d. *cit in* Benavente, 2002) contribui para esta perspectiva com a teoria de coesão social, em que existe um controlo externo no que diz respeito ao comportamento do indivíduo resultante da sua ligação ao grupo e sentimento de pertença, existindo também um controlo interno regulado pela estima e identificação aos outros. Assim, os laços sociais tornam-se influentes do tipo de comportamento do indivíduo. É com o processo de socialização que os valores morais são incutidos nos indivíduos não apenas através de reforço negativo ou punição, mas dando-lhes a interiorização da crença de que é errado comportar-se de determinada forma, criando uma consciência moral que é “um vestígio de punições passadas (...)” (Gleitman, Fridlund, & Reisberg, 2009, p. 812).

Assim, os contributos destes autores revelam que a exclusão social, a carência económica, as baixas habilitações literárias, a falta de socialização e os contextos familiares disfuncionais, podem contribuir para a origem de comportamentos delinquentes e para o recurso à criminalidade.

Além de fatores de risco associados às causas sociais, existem também fatores biológicos que podem contribuir para o comportamento desviante. Como tal, este tipo de comportamento é também explicado pelo conjunto de características inatas ao sujeito e incorrigíveis, sendo que os estudos com gémeos separados à nascença vieram acentuar a influência que a genética tem na predição de comportamentos criminosos (Damião, 2010). Gonçalves (2008) mostra que, não só a genética, como as lesões cerebrais podem desencadear comportamentos desajustados, fato que ficou enaltecido com a descoberta da zona de cérebro e denominada por “responsabilidade social” por Damásio. Também o consumo materno de álcool, tabaco ou estupefacientes pode causar danos no feto a nível cerebral que, mais tarde, se podem traduzir em comportamentos desviantes (Damião, 2010).

Além de teorias sociológicas e biológicas, a Psicologia vem também explicar a origem do comportamento criminoso através do contributo do estudo da personalidade, e das perspectivas de desenvolvimento social já referidas (Benavente, 2002).

Hans Eysenck, nos anos 60 e 70, vem defender que o comportamento criminoso resultava da combinação do neuroticismo, psicotismo e extroversão, sendo que o neuroticismo criava uma reação excessiva a um determinado estímulo, o psicotismo definia indivíduos mais frios e insensíveis, enquanto que a extroversão trazia impulsividade e excitabilidade aos sujeitos, tornando estes fatores como preditivos de

atos delinquentes e criminosos (Damião, 2010; Gleitman, Fridlund, & Reisberg, 2009). O mesmo autor demonstrou que o fraco desempenho cognitivo está associado à criminalidade.

O Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM-IV), prevê a categorização dos comportamentos desviantes como “perturbação antissocial da personalidade” cujos critérios de diagnóstico passam pela incapacidade de conformação com as normas sociais, frequentes mentiras para benefício próprio, agressividade e impulsividade, irresponsabilidade, etc (DSM-IV, 2006). O diagnóstico desta perturbação exige um historial de comportamentos desviantes desde os 15 anos de idade, e que o sujeito tenha na altura, no mínimo, 18 anos. O objetivo é despistar os comportamentos transgressores que são considerados normativos no período da adolescência (Benavente, 2002).

Ainda a Teoria Geral do Crime, de Gottfredson e Hirshi (1990), sugere que a ausência de autocontrolo aumenta a probabilidade do sujeito cometer delitos. Os mesmos autores defendem que os sujeitos vivem no momento, sem consideração de consequências, e procuram satisfazer os seus desejos impulsivamente e imediatamente.

Não só a origem dos comportamentos criminosos é importante, mas também a compreensão do sistema prisional português, da sua dinâmica e da sua cultura inerente são importantes para a perceção desta realidade e do problema apresentado nesta investigação.

1.2 Sistema prisional

Os estabelecimentos prisionais têm sido vistos, ao longo dos tempos, como medidas de punição e castigo ao indivíduo por atos desrespeitantes à lei (Pinto, 2010).

Marsh e Keating (2006) defendem que a prisão atua em cinco vertentes, a saber (i) dissuasão, (ii) retribuição, (iii) reabilitação, (iv) incapacitação e (v) reparação. A dissuasão diz respeito ao evitamento do sujeito em cometer outros atos criminosos para não sofrer novamente a punição, enquanto que serve de modelo para outros sujeitos que não cometem atos criminosos. A retribuição acontece quando o indivíduo assume que tem uma dívida para com a sociedade e merece o castigo que lhe foi imposto. Já a reabilitação corresponde à crença de que os sujeitos reclusos são educáveis através da aquisição de competências que regulem os seus comportamentos. A incapacitação diz respeito ao impedimento dos sujeitos que praticaram crimes de os voltar a cumprir

temporariamente. Por último, a reparação tem o objetivo de fazer o sujeito compensar a sociedade pelo crime que cometeu, quer seja por indemnização à vítima, trabalho a favor da comunidade.

Em Portugal, no ano de 1987 é abolida a pena de morte e a prisão perpétua, e é admitida a liberdade condicional, deixando para trás os castigos físicos e o poder punitivo extremo, de que eram característicos os sistemas prisionais, passando agora a existir a preocupação face aos cuidados de saúde, educação, desenvolvimento de competências sociais dos reclusos e o sistema prisional começa a funcionar como um reabilitador protegido pelos princípios do Iluminismo, humanização e igualdade (Fatela, 1996; Pinto, 2010).

Assim, os estabelecimentos prisionais têm sido olhados por uma perspetiva reabilitadora, onde o indivíduo paga uma dívida à sociedade através de enclausuramento, mas onde tem oportunidade de se reabilitar, sendo que a prisão atua como uma prevenção à reincidência (Damião, 2010). É focada a necessidade de desenvolver competências a nível profissional, interpessoal e social, decisivas para o sucesso reabilitativo (Gonçalves, 2000). Assim, o sistema prisional deixa de ser visto apenas como um castigo, e passa a ser visto também como um reabilitador.

O processo de reinserção social está abrangido pelo sistema prisional português que contempla formações escolares, formações profissionais, onde também existe a oportunidade de trabalhar enquanto estão em regime prisional. Estas oportunidades variam entre os estabelecimentos prisionais, de acordo com as suas possibilidades e população reclusa (Direção Geral dos Serviços Prisionais).

1.3 Regras prisionais europeias

Numa perspetiva de adequar a prisão a tempos mais modernos, nomeadamente, no que diz respeito ao tratamento dos reclusos, a Recomendação (87) 3, de 12 de Fevereiro, do Comité de Ministros do Conselho da Europa (CMCE) estabeleceu as regras prisionais europeias redefinindo objetivos e valores. Os objetivos destas normas seriam promover práticas baseadas na equidade e focar a importância social de toda a equipa do estabelecimento prisional incentivando um desempenho positivo e estabelecer critérios de qualidade realísticos face à atualidade (Santos, 2003).

Esta Recomendação é constituída por cinco partes:(i) Princípios básicos; (ii) Gestão dos Sistemas Presidiários; (iii) Pessoal, (iv) Regimes e objetivos do tratamento e (v) Regras adicionais para categorias especiais de reclusos.

Os princípios básicos correspondem aos princípios pelos quais a execução das penas privativas se deve reger. O tratamento dos reclusos deve preservar a sua saúde e dignidade. Devem ser desenvolvidas competências sociais e pessoais que permitam uma reinserção na sociedade adequada aquando a sua libertação.

A Gestão dos Sistemas Presidiários diz respeito às normas mínimas face ao acolhimento e registo dos reclusos, sua classificação no sistema, questões relacionadas com o alojamento, a higiene, o vestuário, a comida, os serviços médicos, a disciplina, o direito à reclamação, contactos com o mundo exterior, o exercício da religião, a retenção de objetos pessoais, informações relativamente a transferências, morte ou doença. Na fase de acolhimento, o diretor deve ter acesso aos relatórios dos reclusos onde conste informação pessoal e o programa de formação do recluso, com vista à preparação da sua saída. Está previsto na Recomendação que estes relatórios são confidenciais e devem ser atualizados com regularidade. Com o intuito de facilitar o processo de ressocialização, a separação dos reclusos deve ser feita consoante o seu enquadramento jurídico, as exigências especiais de tratamento, as exigências da sua condição de saúde, o sexo e a idade. A Recomendação prevê, ainda, que seja garantido em todos os estabelecimentos prisionais os serviços de, pelo menos, um médico, sendo que deve também existir um serviço psiquiátrico com o intuito de diagnosticar possíveis patologias psíquicas. Os reclusos, aquando do seu acolhimento, têm que ter acesso ao regulamento relativo à forma de tratamento de reclusos no mesmo enquadramento jurídico, e onde estejam descritos os seus direitos e deveres. Ainda nesta parte, é focado o direito que o recluso tem em apresentar a sua queixa ou sugestão ao diretor, quando assim se justificar, de forma confidencial. É ainda dada importância à comunicação por parte do recluso com o mundo exterior, nomeadamente com a família e com pessoas representantes de organizações civis, bem como o contacto com a atualidade através de notícias, sejam em jornais, rádio ou televisão, de acordo com as normas do estabelecimento prisional. O recluso deve ainda ser informado imediatamente acerca da morte ou doença grave de um familiar próximo, sendo possibilitado ao recluso visitar o parente no hospital ou estar presente no funeral, sozinho ou sob custódia. É também dado ao recluso o direito de informar os familiares da sua detenção ou transferência.

O pessoal diz respeito ao *staff* do estabelecimento prisional, que deve ser selecionado e avaliado cuidadosamente, sendo focadas características como a integridade, a humanidade, a capacidade profissional, e a adequação para o exercício das funções. As pessoas integrantes do sistema prisional devem ter um curso de formação sobre os seus deveres, e têm que ter aprovação em testes teóricos e práticos, exceto quando as suas qualificações profissionais descartam esta necessidade. A formação destas pessoas deve ser contínua, com o objetivo de melhorar as suas competências e desempenho profissional.

Os regimes e objetivos do tratamento estão relacionados com tratamento específico dos reclusos. Estes devem ser tratados de modo a assegurar a sua dignidade e condições mínimas de vida, minimizar os efeitos negativos da prisão aligeirando a passagem da vida em liberdade para a vida dentro da prisão, incentivar o contacto com o mundo exterior e fornecer oportunidades de desenvolvimento de competências que permitam uma melhor inserção na sociedade. É focado a importância do tratamento individualizado e adequado às necessidades dos indivíduos, relevando vários pontos, entre eles, a orientação e formação vocacional. A Recomendação prevê, também, um contínuo contacto com o mundo exterior, conservando as ligações com a família, com pessoas significativas e instituições não-governamentais. Deve ser elaborado um programa pessoal de tratamento, após o acolhimento e a análise da personalidade do indivíduo, no qual o recluso deverá participar ativamente. O recluso deve ser integrado em programas escolares e de trabalho, com vista a facilitar a sua reinserção social. Os programas de trabalho deverão passar, se possível, pela articulação do estabelecimento prisional com outras entidades, sendo um trabalho remunerado, em que o recluso pode gastar o dinheiro em objetos pessoais ou mandar para a família. Por sua vez, os programas de educação devem estar de acordo com o sistema de educação nacional, com o objetivo de, se o recluso assim entender, continuar os seus estudos aquando a sua libertação. No caso de reclusos com penas mais longas, este documento prevê uma série de medidas para preparar a sua libertação, nomeadamente, a liberdade condicional com supervisão, o apoio social ao recluso e à família, a entrega de documentos aquando a sua libertação, bem como roupa e meios de subsistência necessários para transporte e procura de alojamento.

Finalmente, as regras adicionais para categorias especiais de reclusos dizem respeito às regras relativamente à separação de reclusos mediante condições especiais, por exemplo, no caso de reclusos com perturbações mentais.

1.4 O contexto sócio-cultural dos reclusos e a sua reinserção social

No sentido de atualizar as normas aplicadas aos estabelecimentos prisionais, a Assembleia Parlamentar do Concelho da Europa determina que deve ser dada a possibilidade ao recluso de orientar a sua vida aquando da sua libertação, tendo uma perspetiva muito encaminhada para a reinserção social. Esta entidade preconiza que o recluso deve ser protegido de abusos por parte da administração e que se deve evitar o sofrimento por parte das famílias dos reclusos, prevendo um acompanhamento também ao contexto familiar dos indivíduos encarcerados. Existe uma clara preocupação por parte da Assembleia Parlamentar do Concelho da Europa relativamente à reinserção social e à proteção dos reclusos primários relativamente a reclusos reincidentes e julgados por crimes mais graves, prevendo a separação de reclusos primários e jovens de reclusos reincidentes e a separação também de presos preventivos (Santos, 2003).

As saídas do estabelecimento prisional são percecionadas como algo muito importante para o contínuo contacto com o mundo exterior, sendo que devem ser possibilitadas sempre que o comportamento do recluso for adequado. Como já referido, a formação escolar e/ou profissional e o trabalho são vistos como essenciais para o desenvolvimento pessoal e social do recluso, dando-lhe competências para melhorar a sua reinserção social. Na mesma perspetiva, é previsto apoio aos reclusos, quer em caso de libertação por cumprimento de pena, quer por liberdade condicional, por parte da segurança social de forma a facilitar este processo, precaver a discriminação e preservar o estatuto do recluso o mais próximo possível dos restantes cidadãos (Santos, 2003). Porém, a reinserção social é algo difícil para um ex-recluso devido à adaptação que este sofre ao meio prisional. Os indivíduos que são presos são retirados do seu meio familiar e laboral, entrando numa fase de despersonalização (Ramos, 2011).

Sykes e Messinger (1966, *cit in* Cunha, 1991), defendem que as privações a que os reclusos estão sujeitos, (privação de liberdade, privação material, privação sexual, privação da autonomia e privação da segurança pessoal) criam comportamentos padronizados que serão difíceis de adaptar à sociedade.

Quanto melhor os reclusos se adaptam à dinâmica prisional, menor é o impacto da reclusão, contribuindo para a restauração da autoestima, porém, os comportamentos aprendidos nesta subcultura prisional são muitas vezes incompatíveis aos comportamentos socialmente aceitáveis (Cunha, 1991).

Também se deve considerar que a prisão muitas vezes funciona como uma “escola do crime” onde os reclusos partilham informação, incentivam a violência e incentivam a revolta, o que poderá, igualmente, constituir um obstáculo à reinserção social e profissional dos reclusos (Gomes, 2008).

Deste modo, apesar de haver uma preocupação com a reinserção social dos ex-reclusos, este processo é dificultado pela subcultura vivida dentro da prisão.

1.4.1 Trabalho, emprego e formação profissional em contexto prisional

O trabalho em meio prisional tem sido visto de várias formas, nomeadamente, (i) como uma forma de normalização, com o intuito de minimizar a passagem da liberdade para o encarceramento; (ii) como uma punição somada à pena de prisão ou consequência de mau comportamento; por último, (iii) como uma atividade de desenvolvimento de competências potenciadoras de uma boa reinserção, que permitam ao recluso independência financeira aquando a sua libertação (Rodrigues, 2000, *cit in* Santos, 2003).

Apesar das Regras Mínimas da Organização das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos e das Regras Penitenciárias Europeias traduzirem o trabalho prisional como obrigatório, estas últimas deixam alguma dúvida pois mencionam que os reclusos podem ser submetidos ao trabalho (Santos, 2003). O trabalho em meio prisional tem sido dificultado por uma inadaptação à vida livre ou por não haver postos de trabalho disponíveis (Walmsey, 1997, *cit in* Santos, 2003).

No relatório da *Social Exclusion Unit* (SEU), datado de 2002, o trabalho desenvolvido em meio prisional nas prisões inglesas, foi altamente criticado por ser desajustado face ao meio envolvente, nomeadamente, as áreas de trabalho não são compatíveis com as áreas de procura do mercado de trabalho inglês.

A nível nacional este tipo de trabalho tem encontrado dificuldades, nomeadamente, a nível de incompatibilização do número de postos de trabalho e o número de reclusos (Santos, 2003).

O mesmo relatório da SEU explicita a importância da formação escolar e profissional no que diz respeito à prevenção da reincidência, de facto, os reclusos que frequentam este tipo de formação e ensino têm menor probabilidade de reincidirem na vida criminosa (Santos, 2003). No mesmo sentido, Clark (2001, *cit in* Gomes, 2008; Gomes, Duarte & Almeida, 2004) verifica que, numa amostra de reclusos com baixa escolaridade, os que não frequentam nenhum tipo de formação ou ensino têm três vezes mais probabilidade de reincidirem e voltarem de ser condenados. Lochner e Moretti (2001) retratam a mesma realidade, afirmando que, efetivamente, a formação escolar reduz os comportamentos de origem criminal.

Apesar do benefício destas ações formativas, existe uma névoa em volta deste assunto, uma vez que estas ações têm sido olhadas com alguma descrença, sendo vistas como mera ocupação de tempo, tanto a nível nacional como internacional (Santos, 2003). Os reclusos viam estas formações como uma passagem de tempo mas dinâmica, desvalorizando a aquisição de competências, sendo que muitos deles nem se inscreviam nestas formações, havendo pouca adesão às mesmas (King & McDermott, 1995, *cit in* Santos, 2003). Os mesmos autores verificam uma maior adesão à frequência de formação escolar do que à frequência de formação profissional.

A aposta neste tipo de formações tem sido no sentido de desenvolver competências pessoais, sociais e profissionais com o objetivo de haver uma reinserção social e laboral de sucesso, tendo os ex-reclusos acesso a um emprego e a um rendimento que possibilite a sua independência (Santos, 2003). Contudo, existem algumas críticas a este ensino em meio prisional que se prendem com a inadequação das metodologias à população reclusa, que não contempla o perfil específico dos indivíduos nem a necessidade de competências sociais básicas, como por exemplo a gestão das emoções (Gabriel, 2007; Santos, 2003).

O SEU (2002) aponta, igualmente, para a necessidade de uma reestruturação no ensino em meio prisional, sendo que apresenta também dificuldades ao nível do acompanhamento aquando a libertação dos reclusos, havendo falta de programas de articulação entre o meio prisional e o investimento que é feito na área formativa e depois as oportunidades que encontram cá fora.

A área do ensino e da formação profissional é assim elevada a um grau de extrema importância, porém parece haver falta de mecanismos, quer dentro do

estabelecimento prisional, quer fora, que permitam à população reclusa o aproveitamento em prática destas valências.

1.4.2 Plano Individual de Readaptação

Com a reformulação das regras face ao sistema prisional europeu, é dada ênfase à ressocialização dos reclusos (Santos, 2003). Assim, foi elaborado O Plano Individual de Readaptação focado no indivíduo e nas suas características e necessidades, como previsto pelos artigos 1º, 2º e 21º do Dec. Lei nº115/2009 de 12 de Outubro (Pinto, 2010).

Este plano contém duas fases, sendo que na primeira fase é avaliada a personalidade do novo recluso, o seu contexto sócio familiar e económico, com o objetivo de planificar o seu tratamento de acordo com as especificidades de cada recluso que entra no estabelecimento prisional. Numa segunda fase e, perante a lei, deve ser elaborado um Plano Individual de Readaptação para cada recluso, no qual devem estar as seguintes informações: tipo de internamento (aberto ou fechado), afetação a um estabelecimento, trabalho e formação profissional e escolar, ocupação de tempos livres, medidas específicas de tratamento, medidas de flexibilidade na execução da pena, medidas de preparação para a libertação (artigo 9º. do Decreto-lei nº 265/79, de 1 de Agosto). Este plano deve ser monitorizado. No entanto, Santos (2003) revela que há profissionais desta área que afirmam que o Plano Individual de Readaptação não está a ser posto em prática. Este facto deve-se à falta de técnicos, falta de sensibilização para a importância deste plano e alterações legislativas.

1.4.3 Acompanhamento à libertação dos reclusos

Em 1982 criou-se, em Portugal, o Instituto de Reinserção Social, atualmente denominado por Direção Geral de Reinserção Social (DGRS) que tem o objetivo de “definir e executar as políticas de prevenção criminal e de reinserção social de jovens e adultos, designadamente pela promoção e execução de medidas tutelares educativas e de penas e medidas alternativas à prisão” (Plano de Atividades DGRS, 2012, p. 4). Como tal, existem medidas e programas que promovem a mudança do indivíduo, a promoção de competências sociais e profissionais e a sua reinserção na sociedade, sendo dado um apoio e uma grande importância ao processo de libertação. A DGRS contribui também para o apoio da decisão judicial e execução de penas e medidas referentes a jurisdições

penais e tutelares educativas, assegurar e promover medidas alternativas à prisão, realizar medidas de prevenção ao comportamento criminoso, tem também um papel ativo na gestão de centros educativos de menores, presta apoio a programas de reinserção social de jovens e adultos e coopera com outras entidades de forma a envolver a sociedade no processo de reabilitação (Gomes, 2008; Plano de Atividades DGRS, 2012).

Os técnicos de reinserção social procuram dar acompanhamento aos reclusos face a situações como toxicodependência, problemas de saúde, carência económica, desemprego, etc (Gomes, 2008). Como tal, o técnico de reinserção social tem uma ação ativa no que diz respeito a promover, não só competências sociais nos ex-reclusos, mas também condições físicas e psicológicas para uma reinserção social de sucesso.

Pode-se concluir que existe, efetivamente, um apoio projetado por parte do estado português aos ex-reclusos que tentem iniciar uma nova vida fora da prisão, tendo o objetivo de prevenir a recaída no crime.

1.5 Estudos envolvendo o contexto prisional

A literatura que envolve populações no sistema prisional tem sido mais frequente ao longo dos últimos anos, procurando compreender a dinâmica dentro da prisão de modo a facilitar e a trazer benefícios para o sistema prisional.

De seguida seguem-se estudos que foram realizados no âmbito prisional que englobam guardas prisionais, reclusos masculinos e femininos, que avaliam o impacto da formação escolar e que, contribuem para uma melhor compreensão da dinâmica do contexto prisional.

Relativamente à população de guardas prisionais, Gonçalves e Vieira (2005), concluíram que os guardas com mais anos de serviço demonstram uma atitude mais positiva face aos reclusos, assim como quanto menores as habilitações literárias, mais positiva também é a atitude face a estes indivíduos.

Relativamente à atividade sexual entre reclusos, Coelho (2008) revela que os guardas prisionais vêem a homossexualidade de uma perspetiva conservadora. De facto e, de acordo com a autora, os guardas prisionais tomam uma atitude mais favorável face à prevenção de contactos sexuais forçados entre reclusos. A atitude conservadora não tem a influência nem do grau de escolaridade, nem pelo número de estabelecimentos por onde tinham passado, nem pelo conhecimento, ou não, de contacto sexual entre os

reclusos, porém, existe influência da idade e do tempo de serviço. Já a atitude favorável é prevenção de contactos sexuais é apenas influenciada pelo conhecimento da existência de contacto sexual entre reclusos, sendo que quando existe este conhecimento, a atitude é mais favorável.

Alguns autores ressaltam o que pode dificultar o processo de reinserção social. Por exemplo, Gomes (2008) defende que a prisão incentiva os comportamentos de violência e revolta, o que será um obstáculo à reinserção social, mencionando até que a prisão pode funcionar como uma “escola – crime”.

Por sua vez, Moreira (2009) verifica que a população reclusa preventiva institui um grupo social de elevado risco suicida, sendo uma população vulnerável. O autor verifica níveis elevados acerca dos incidentes de auto - lesão no período pré-reclusão e durante a execução da pena, do abuso de substância e de sintomatologia patológica, nomeadamente depressiva, ansiosa e psicótica. Já o estudo de Tavares e Almeida (2010) demonstra que o abuso de drogas na população reclusa está diretamente relacionado com atos violentos que, são também causados por transtornos mentais da população inquirida.

Um estudo que teve de base a avaliação do raciocínio deontológico numa amostra de reclusos, incluindo indivíduos do género masculino e feminino, conclui que estes não se diferenciam da população não reclusa no que diz respeito à modulação pragmática, porém, existem diferenças quanto à modulação semântica que se prende com a interpretação de frases condicionais “Se p então q” e com o raciocínio com estas frases (Quelhas & Guerreiro, 2010).

Um outro estudo que teve como população uma amostra de reclusos, verifica que o comportamento desviante está relacionado com a dificuldade em gerir emoções. Assim, é demonstrada uma falta de regulação de emoções que afeta diretamente o processamento das mesmas, o que consequentemente leva a uma reação desajustada (Pires, 2011).

Existem estudos que procuram avaliar o impacto da formação escolar e/ou profissional dentro dos estabelecimentos prisionais. Por exemplo, Tyler e Kling (2006), mostram que os reclusos acusados de crimes menores obtêm maior sucesso no mercado de trabalho após a participação num programa educativo na prisão, do que os reclusos que não participaram no programa sendo que, no entanto, estes efeitos benéficos tendem a desaparecer ao fim do 2º ano de libertação. A participação no programa educativo

pode não estar relacionado com a perspectiva de emprego aquando a libertação, por parte dos reclusos, em vez disso, a participação no programa pode dever-se à necessidade que os reclusos sentem de impressionar os colegas ou guardas prisionais, e de melhorar a sua posição dentro da prisão (Tyler & Kling, 2006). Os autores concluem ainda que os reclusos caucasianos aderem mais a este programa.

Referindo ainda o contexto de formação escolar dentro do estabelecimento prisional, Gabriel (2007) refere que o sistema educativo não é adequado, sendo que as metodologias e programas não estão adaptados para a população reclusa e adulta. A autora refere que as metodologias deviam ter em conta as características específicas deste tipo de população, dando o exemplo do desequilíbrio emocional, o possível consumo de substâncias psicotrópicas e uma expectativa negativa face ao ensino.

Num estudo mais recente, Lochner e Moretti (2001), reuniram dados a partir dos Censos na prisão, das detenções presentes nos *Uniform Crime Reports* e dados provenientes de auto relatos inseridos no *National Longitudinal Survey of Youth*, e verificaram que completar o 12º ano reduz significativamente os comportamentos criminais. Assim, os autores defendem que o impacto da participação no ensino superior é positivo, apesar dos benefícios da educação nem sempre serem considerados pelos indivíduos. Os autores referem que um aumento de 1% de indivíduos a completar o 12º ano levaria à poupança, por parte do estado americano, a 1,4 biliões de dólares por ano em despesas com o crime.

Ramos (2011) refere que existe investimento na formação e educação da população reclusa, assim como no exercício físico, sendo que estas áreas promovem o bem-estar e a qualidade de vida nesta população. Contudo, a autora conclui que isto não é suficiente para a reinserção social dos reclusos, propondo, junto destes, um desenvolvimento de competências pessoais e sociais que se traduzissem numa melhor interação com os outros e autoconhecimento.

Os seguintes estudos procuram focar aspetos promotores e facilitadores da reinserção social.

Envolvendo uma amostra de jovens institucionalizados, Velarde e Martínez (2008) revelam que estes jovens mostram um maior interesse e preocupação relativamente ao desenvolvimento de competências sociais e uma necessidade de estabelecer contactos interpessoais. As autoras referem ainda que estes jovens se vinculam com a preocupação relativamente à família e procuram um modo de

compensar os pais pelo esforço que estes fazem que os filhos tenham acesso à educação. Os jovens revelam ainda um desenvolvimento de consciência social, uma vez que demonstram também uma preocupação com a sociedade. A nível de auto realização, os adolescentes demonstram interesse em ter uma profissão, porém não têm exploração suficiente para concretizar qual o tipo de profissão que gostariam de ter.

Fonseca (2006) verifica que, face ao ensino nas prisões, os reclusos lusos valorizam-no mais do que os reclusos de etnia cigana, o que se revela melhores probabilidades para os reclusos lusos adquirirem competências profissionais e sociais promotoras da sua reinserção na sociedade.

Rocha (2010) demonstra que a internet dentro das prisões pode ser algo favorável à população reclusa, possibilitando contacto com as redes sociais agindo como um facilitador na sua reinserção social e profissional. Este acesso à internet pode funcionar como uma forma de exploração do meio profissional, tendo contacto com ofertas de emprego *online* ou informação acerca de formações em alguma área profissional de interesse.

Galvão (2007) contribuiu também para os estudos com a população reclusa, adaptando o questionário *Defensive Style Questionnaire – 40* (DSQ – 40) para a população reclusa, que avalia os derivados conscientes dos mecanismos de defesa, identificando a forma específica como os indivíduos lidam com os seus conflitos, consciente ou inconscientemente.

Existem também estudos relacionados unicamente com reclusas, dos quais salientamos os de Bráz (2009), que verifica que as mulheres reincidentes na vida criminal têm pior desempenho em tarefas executivas, do que as não reclusas e as reclusas primárias, que cometeram o seu primeiro crime. Também Fonseca (2008) demonstra que as mulheres em regime prisional prendem-se mais com atividades laborais do que com formação escolar. A autora verifica que as mulheres reclusas têm mais incidência em tarefas profissionais tais como cozinhar e limpar, sendo que não frequentam o sistema de ensino. As reclusas envolvem-se pouco nas atividades de lazer. Torres e Gomes (2002, *cit in* Fonseca, 2008) também focam a ocupação de tarefas pouco qualificadas por parte dos reclusos e sugere este facto como condicionador da sua empregabilidade e inserção social aquando a sua libertação. Este estudo permite ainda verificar que a maior parte das medidas disciplinares aplicadas às reclusas são de repreensão e prendem-se com o desrespeito pelos horários ou posse de algum objeto não

autorizados pelas normas do estabelecimento prisional. A medida de internamento em cela disciplinar é a menos aplicada, prendendo-se com ofensas às outras reclusas ou à equipa que trabalha no estabelecimento prisional. O estudo revela também que a maioria desta população não usufrui de apoio psicoterapêutico.

Apesar de alguns autores darem ênfase à educação dentro dos estabelecimentos prisionais e à aquisição de competências por parte dos reclusos que lhes permitam uma reinserção social e profissional mais facilitada, não existem estudos que relacionem a exploração vocacional com o período de reclusão.

Capítulo 2. Exploração vocacional: revisão da literatura

2. Exploração Vocacional

2.1 Exploração vocacional - conceito

A ideia de que a experimentação e a exploração seriam formas de obter informação provém da Psicologia Experimental, nomeadamente das experiências com animais em laboratório (Sparta, 2003). A Psicologia Vocacional aliou o conceito de exploração às escolhas escolares, profissionais e ocupacionais, passando a ser designado por exploração vocacional o comportamento de procura de informação sobre as características individuais e sobre as profissões. Assim, Ginzberg, Ginsburg, Axelrad, e Herma (1951), definiram exploração vocacional como um dos estágios de escolha profissional, remetendo para um período de experimentação e autoconhecimento, bem como conhecimento do meio (Sparta, 2003). Nesse sentido, a exploração vocacional diz respeito a um conjunto de comportamentos de recolha de informação que possibilita ao indivíduo conhecer-se a si mesmo e ao meio em que está, enquanto procura informação também sobre as profissões, de forma a reunir condições para tomar uma decisão fundamentada (Blustein, 1997; Jordaan, 1963). Mais concretamente, Jordaan (1963), refere cinco elementos que fazem parte da exploração vocacional: a pesquisa, a experimentação, a investigação, a tentativa e o teste de hipóteses. O autor foca ainda que o processo de exploração vocacional é propositado e voluntário, ou seja, perante uma indecisão, o indivíduo adota comportamentos de procura de informação para solucionar esse problema e tomar uma decisão (Sparta, 2003). Para Jordan (1963), a exploração vocacional, diz respeito a um conjunto de comportamentos de recolha de informação e experimentação que o sujeito faz sobre si próprio e sobre as suas características pessoais e, também, do meio envolvente. Por sua vez, Blustein (1997), defende que o processo de exploração vocacional deve ser entendido duma forma contextualizada, tendo em conta fatores internos e externos ao indivíduo, contemplando os vários sistemas em que o individuo se insere, que irão influenciar o comportamento exploratório. Já, Flum e Blustein (2000), focam a importância do processo de exploração vocacional ser feito ao longo de toda a vida do indivíduo e, tal como Blustein (1997), referem o papel relevante que os fatores internos e externos têm na exploração vocacional. Propõe também a visão do comportamento exploratório aliado à

identidade, motivação e influências contextuais, como propostas para novos estudos. Na mesma linha, Gonçalves e Coimbra (2007), defendem que o processo de exploração vocacional é influenciado pelo contexto de vida do indivíduo, nomeadamente pela família, sendo que esta tem um papel crucial no âmbito do desenvolvimento de projetos profissionais e percursos de carreira. Concluem que os pais (ou cuidadores), têm uma influência direta nos projetos de profissionais dos filhos, dado que a qualidade destes projetos dependem do ambiente que estes proporcionam, quer a nível material, quer a nível emocional.

Dois autores que também contribuíram para a definição do conceito em estudo, foram Porfeli e Skorikov (2009), traduzindo a exploração vocacional em função de dois outros conceitos: a exploração diversificada e a exploração específica. A exploração diversificada diz respeito à exploração do *self* e do mundo de trabalho, de forma independente, enquanto a exploração específica envolve uma experimentação e investigação mais aprofundada do *self* e do mundo profissional e de forma interdependente (Mota, 2010).

Nesta investigação assumiu-se a definição de exploração vocacional proposta por Taveira (2001), que traduz este conceito de exploração vocacional como sendo um processo psicológico através do qual existe uma recolha e assimilação de informação sobre si próprio e do meio ambiente que permita ao indivíduo tomar decisões acerca do seu percurso profissional, conciliando as duas fontes de informação. Será esta a definição de exploração vocacional que segue esta investigação.

2.2 Modelo de exploração vocacional

Um modelo de exploração de carreira surge de estudos de Jordaan (1963) e Stumpf e Corarelli (1980), na tentativa de operacionalizar o conceito de exploração vocacional, e reúne 16 dimensões em 3 categorias, nomeadamente Crenças sobre a Exploração, Processo/Comportamento de Exploração e Reações à Exploração (Stumpf, Corarelli, & Hartman, 1983).

A categoria Crenças sobre a Exploração engloba as dimensões: Estatuto de Emprego, Certeza nos Resultados de Exploração, Instrumentalidade Externa, Instrumentalidade Interna e Importância de obter a posição preferida. Esta categoria remete para a perceção consciente que o sujeito tem acerca do processo de exploração vocacional. Por sua vez, a categoria Processo/Comportamento de Exploração contempla

as dimensões: Exploração com *locus* no mundo escolar e profissional, Exploração com *locus* em si próprio, Exploração intencional – sistemática e Quantidade de Informação. Estas dimensões traduzem-se em informação sobre onde, quando, como e o que se explora. Por último, a categoria Reações à Exploração contempla as dimensões: Satisfação com a Informação, Stresse de Exploração e Stresse na Tomada de Decisão. Este modelo deu origem a um instrumento de avaliação de exploração vocacional, o *Career Exploration Survey* (CES), que comporta estas mesmas categorias e dimensões. Os mesmos autores, defendem que existe apenas um processo de exploração vocacional que tem duas fontes: o *self* e o meio profissional (Stumpf, Colarelli. & Hartman, 1983). Como tal, a exploração do *self* analisa as características pessoais, interesses, valores, crenças e necessidades do indivíduo, enquanto a exploração do meio recolhe informação acerca de formações, profissões, oportunidades no meio profissional, com o objetivo de adequar o *self* a este meio (Hardin, Varghese, Tran, & Carlson, 2006).

O modelo acima descrito considera o afeto e a emoção face ao emprego e meio profissional, algo que Blustein (1992, *cit in* Mota 2010) corrobora, demonstrando a influência destes fatores no processo de exploração vocacional. De facto, considerando outro fator emocional, concretamente a ansiedade, está associada a um menor compromisso vocacional, nomeadamente nos indivíduos masculinos (Hardin, Varghese, Tran, & Carlson, 2006).

Também a personalidade e as características pessoais influenciam o processo de exploração vocacional, tal como defende Taveira e Moreno (2003), sendo que quanto mais confiança os indivíduos tiverem em si próprios, mais se envolvem na exploração vocacional, uma vez que têm uma imagem mais positiva de si e do meio envolvente.

Além deste tipo de fatores, também a idade foi considerada preditiva no processo de exploração vocacional (Rogers, Creed, & Glendon, 2008).

Vários são os estudos (e.g., Faria, 2008; Faria & Taveira, 2006; Faria, Taveira & Saavedra, 2008; Mota, 2010; Pinto, 2010; Silva, 2008, 2010) nacionais e internacionais no âmbito da exploração vocacional e orientação de carreira profissional com a população jovem e adulta, que têm por base do modelo de exploração vocacional de Stumpf e colaboradores (1983), no entanto, parecem não existir investigações que relacionem esta variável com a população reclusa. Por exemplo, Faria (2008) demonstrou a eficácia da consulta psicológica vocacional, revelando diferenças estatisticamente significativas relativamente ao processo de exploração vocacional e ao

pré-teste, realizado antes da consulta psicológica vocacional, e pós teste, realizado depois da consulta psicológica vocacional. Um estudo com adolescentes alunos do 9º ano do ensino básico, demonstrou que a intervenção psicológica vocacional tem efeitos positivos nos alunos, diminuindo os níveis de indecisão dos alunos que estão no processo de tomada de decisão. Concretamente, verificaram-se efeitos positivos nas subescalas do questionário *Career Exploration Survey* “Exploração do Meio”, “Quantidade de Informação”, “Satisfação com a Informação” e “Stresse na Tomada de Decisão” (Faria & Taveira, 2006).

Faria, Taveira e Saavedra (2008), também numa amostra de alunos do 9º ano, verificam que, os resultados face às escalas do questionário CES, diferiram entre os géneros. As autoras focam a importância da sensibilidade às questões de género por parte dos profissionais de orientação escolar, docentes e pais. Os profissionais de orientação escolar e profissional devem desenvolver atividades que promovam a exploração, bem como disponibilizar tecnologia para um melhor acesso à informação. A partir dos resultados da investigação, as autoras aconselham uma intervenção junto das alunas no sentido de evitar uma escolha profissional condicionada por estereótipos.

Com alunos do mesmo ano de escolaridade, Mota (2010) verifica que alunos apresentam crenças de exploração positivas, porém, apresentam também níveis elevados de *stresse* face à tomada de decisão e face ao processo de exploração. A mesma amostra de alunos revela ter mais comportamentos de conhecimento do *self* do que do meio profissional.

Com uma população adulta compreendida entre os 22 e 49 anos de idade e a desenvolverem o seu projeto de doutoramento, Pinto (2010), verifica que os participantes percecionam o processo de gestão pessoal de carreira semelhante ao processo de orientação vocacional tradicional e demonstram preocupação relativamente à necessidade de desenvolver competências pessoais e sociais que lhes permitam alcançar as suas metas profissionais. Com outro grupo de jovens adultos, Silva (2008) realizou um estudo com uma população compreendida entre os 21 e os 45 anos que se encontrava no último ano de licenciatura. A autora revela que a amostra registou uma mudança de identidade vocacional, com modos de resolução de identidade mais positivos no final da licenciatura, porém, os estudantes demonstram rigidez e indefinição no sistema de construção da carreira e preferem alternativas profissionais tradicionais que traduzem menor risco associado.

Destacamos também o estudo de Silva (2010), junto da população adulta pouco escolarizada, mais exatamente alunos do programa Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. A autora conclui que a população demonstra ter crenças positivas face à exploração vocacional e que estão envolvidos no processo de exploração de si e do meio, de forma sistemática. Os indivíduos demonstram-se satisfeitos com a informação que têm acerca do mercado de trabalho e mundo escolar, sentido um nível moderado de *stress* face a futuras atividades de exploração vocacional (Silva, 2010).

Por último, Betz e Voyten (2012) realizaram um estudo com alunos do 1º ano do curso de Psicologia, da universidade de Midwestern, de ambos os sexos, com o objetivo de verificar se as expectativas face à carreira e a auto eficácia prediziam os comportamentos exploratórios e a tomada de decisão. Os autores descobriram que a autoeficácia é preditora da tomada de decisão, na medida em que, os sujeitos que se percebem como mais eficazes são os menos indecisos e, por sua vez, as expectativas face à carreira são preditoras de comportamentos exploratórios, sendo que quanto mais elevadas forem as expectativas, mais comportamentos exploratórios existirão. Assim, uma vez que os sujeitos com baixas expectativas acerca da sua carreira terão uma menor probabilidade de ter comportamentos exploratórios, é necessário o desenvolvimento de pensamentos adaptativos para implementar mudanças de comportamento (Betz & Voyten, 2012).

2.2.1 Exploração vocacional na vida adulta

Tal como referido, a maioria dos estudos relacionados com a exploração vocacional têm como amostra jovens adolescentes. No entanto, Donald Super (1980) levou os conceitos de desenvolvimento de carreira e tomada de decisão à vida adulta, em vez de dar extinção na adolescência. Este autor aliou o desenvolvimento da carreira a todo o ciclo da vida, defendendo que, durante as várias etapas da vida, as pessoas vão tomando decisões que direcionam constantemente as suas carreiras (Gonçalves, 2007). A construção da carreira passou a ser vista como contínua e não apenas inerente a uma faixa etária ou estágio de desenvolvimento (Leite, 2010).

Super (1980) defende que cada pessoa é única e comporta um conjunto de características pessoais tais como interesses, competências, valores, traços de personalidade, necessidades e auto conceitos, que tendem a compatibilizar-se com uma

determinada área profissional. Durante as várias fases da vida, o indivíduo experimenta mudanças já expectáveis, como a idade, e mudanças não expectáveis, como um acidente que poderá implicar limitações físicas, ou a violação da lei e consequente cumprimento de pena de reclusão (Gago, 2008). São exemplos de mudanças na vida que levarão o indivíduo a reorganizar e reorientar a sua carreira e surge, assim, o conceito de adaptabilidade. A adaptabilidade, definida como a capacidade que o indivíduo tem de mudar e se adequar a novas situações e circunstâncias, é assim a base fundamental para compreender o desenvolvimento da carreira na vida adulta (Savickas, 1997). Savickas (1997) define também o conceito de adaptabilidade como “a prontidão para lidar com as tarefas previsíveis de preparação e participação inerentes ao posto de trabalho, bem como realizar ajustes imprevisíveis que surjam de mudanças no trabalho e nas condições de trabalho” (p.254).

Assim, e com o mercado de trabalho a ser cada vez mais um campo extremamente competitivo e onde se esbateram os postos de trabalho que eram seguros até à reforma, os adultos tendem a ter cada vez mais preocupações de carreira e necessitam cada vez mais de se reorganizar e reorientar a nível profissional, e onde os programas de aconselhamento vocacional podem ser benéficos (Campbell & Heffernan, 1983, *cit in* Rafael, 2007; Faria, 2008). Existe também a necessidade de se encontrar um emprego que vá de encontro às características pessoais do indivíduo e não apenas a procura de qualquer trabalho (Silva, 2010).

2.2.2 Exploração vocacional de adultos reclusos

Uma vez que alguns autores já legitimaram a análise da exploração vocacional na idade adulta, é preciso adequar esta análise à amostra em questão. No Relatório de Estatísticas Prisionais de 2006, verifica-se que 39,01% dos reclusos portugueses têm apenas o primeiro ciclo de escolaridade (1º, 2º, 3º ou 4º ano), seguidos pelos reclusos com o 2º ciclo (5º ou 6º ano) com uma percentagem de 25%, 18,3 % dos reclusos têm o 3º ciclo (7º, 8º e 9º ano) e, os reclusos com frequência universitária traduzem-se em apenas 0,5%. Estes dados são referentes a 9449 reclusos homens, portugueses. Como tal, conclui-se que a população de reclusos tenha, maioritariamente, baixas habilitações académicas.

A população com baixas habilitações académicas tem, à partida, uma desvantagem na entrada do mercado de trabalho devido à sua pouca escolaridade e ao

défice de algumas competências profissionais, dirigindo-se para postos de trabalho não especializados e com um ordenado reduzido, o que cria também uma desvantagem económica (Creed, Hood, & Patton, 2009).

No caso da população reclusa, esta desvantagem é agravada devido ao isolamento social e ao afastamento do mercado de trabalho, por vezes, de muitos anos, o que leva a uma dificuldade de ajustamento e adaptação ao mercado de trabalho que encontram aquando a sua libertação (Apel & Adoce, 2010; Pager, 2003; Tyler & Kling, 2006). Além de que, os reclusos apreendem hábitos dentro da prisão que, de certa forma, os distancia da sociedade, tais como a aceitação de um papel inferior, a adoção da linguagem utilizada neste meio, novos hábitos de vestuário, novos hábitos de trabalho, e, portanto, adaptam-se a toda a dinâmica da prisão, o que o autor Clemmer (1940, *cit in* Cunha, 2008) chamou de fatores universais de enclausuramento. Estes fatores podem, de facto, contribuir para uma dificultada reinserção social, sendo que quanto mais os reclusos adotam a subcultura da prisão, mais difícil será a sua reinserção na sociedade (Cunha, 2008). Como tal, a baixa escolarização e a integração na dinâmica prisional, são, de facto, dificultadores da reinserção social e profissional.

2.2.3 Consequências da exploração vocacional

Com vários estudos que surgiram nesta temática, é possível identificar as consequências da exploração vocacional, analisando o impacto deste processo na vida dos indivíduos e evidenciando a sua importância.

Costa (2005) identificou várias consequências positivas resultantes do processo exploração, entre elas: o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança, a progressão na carreira, o aumento do salário, uma inserção positiva no mercado e novos hábitos de leitura e escrita. Assim, a exploração vocacional impulsiona o investimento na educação e a procura de instrução, através da procura de cursos e formações e incentiva o empreendedorismo (Costa, 2005).

Também o envolvimento e a identificação com o trabalho são consequências da exploração vocacional, revelando, mais uma vez, a contribuição deste processo para uma carreira de sucesso (Rowold & Staufienbiel, 2010). Jordan (1963) relaciona positivamente a exploração vocacional com o auto conceito.

Além da exploração vocacional influenciar positivamente a identidade vocacional (Kosine & Lewis, 2009), também contribui para a satisfação subsequente com as

decisões vocacionais (Greenhaus & Sklarew, 1981; Greenhaus, Hawkins, & Brenner, 1983; Jordaan & Super, 1974; Super, 1980). De fato, verifica-se que a exploração vocacional promove o envolvimento no trabalho (Rowold & Staufienbiel, 2010), a decisão de carreira e autoeficácia profissional (Teixeira & Gomes, 2005) e melhores condições salariais (Granovetter, 1974; Gutteridge & Ullman, 1973; Wanous, 1977).

Rowold (2007), por sua vez, demonstra que também o melhor desempenho no treino de competências profissionais é consequente de uma exploração vocacional positiva.

Este conceito torna-se, assim, um contributo muito importante, não só na carreira profissional dos indivíduos mas também na sua vida pessoal, melhorando as oportunidades de empregabilidade (Fugate, Kinicki, & Ashforth, 2004), contribuindo positivamente para a satisfação profissional e comprometimento com a carreira (Bardagi & Hutz, 2010), para o melhor progresso na transição para os papéis de vida, um melhor sentido de direção no seu trabalho e um maior sentido de satisfação na vida em geral (Lapan, Aoyagi, & Kayson, 2007).

Parte II – Estudo empírico

Capítulo 3. Metodologia

O presente estudo, de natureza exploratória, procurou avaliar as competências de exploração vocacional e compreender a relação existente entre as dimensões da exploração vocacional e as características sociodemográficas de uma amostra de adultos reclusos. Neste capítulo, apresenta-se a metodologia geral do estudo empírico. Serão assim descritos os objetivos e hipóteses do estudo, bem como os instrumentos de medida utilizados. De seguida, procede-se ainda à explicação dos procedimentos de seleção da amostra do estudo, fazendo igualmente referência à sua caracterização. Por fim, apresentam-se sucintamente, os procedimentos estatísticos de tratamento dos dados recolhidos.

3.1. Objetivos e hipóteses da investigação

A revisão da literatura apresentada no primeiro capítulo deste trabalho permite concluir que são vastos os estudos realizados com enfoque na exploração vocacional, (Afonso, 2000; Faria, 2008; Faria, Taveira, & Saavedra, 2008; Taveira, 2000). Contudo, nenhum desses estudos tem como população alvo os reclusos. Assim sendo, e de forma a aprofundar o conhecimento sobre a natureza da exploração vocacional junto de outras populações, pretende-se avaliar as competências de exploração vocacional de uma amostra de adultos reclusos e avaliar em que medida as diferentes dimensões da exploração vocacional se relacionam com as variáveis sociodemográficas. Mais especificamente, pretende-se com este trabalho empírico:

1. Analisar as características do processo de exploração vocacional na amostra;
2. Avaliar a existência de diferenças de grupo, em função das características sociodemográficas, tais como a idade, estado civil, habilitações académicas, ser pai ou não e, duração da pena;
3. Estudar a relação existente entre as dimensões da exploração vocacional e as variáveis sociodemográficas (idade, estado civil, habilitações académicas, ser pai ou não e, duração da pena);
4. Estudar o efeito preditor das variáveis sociodemográficas (idade, estado civil, habilitações académicas, ser pai ou não e, duração da pena) nas dimensões da exploração vocacional.

Tendo como base de fundamentação a revisão teórica realizada no primeiro capítulo, é possível formular um conjunto de expectativas de resultados que suportam a componente empírica deste estudo e que constituem as suas hipóteses de investigação.

Assim:

H1: São esperadas diferenças estatisticamente significativas ao nível da exploração vocacional em função das características sociodemográficas dos reclusos, tal como detalhado nas seguintes sub-hipóteses

H1.1: São esperadas diferenças estatisticamente significativas ao nível das crenças, comportamentos e reações de exploração vocacional em função da idade, no sentido de que os mais jovens têm crenças e comportamentos mais negativos e reações mais positivas à exploração vocacional.

H1.2: São esperadas diferenças estatisticamente significativas ao nível das crenças, comportamentos e reações de exploração vocacional em função da duração da pena, no sentido de que os reclusos com penas mais baixas (até 1 ano) têm crenças, comportamentos e reações à exploração vocacional mais positivos.

H1.3: São esperadas diferenças estatisticamente significativas ao nível das crenças, comportamentos e reações de exploração vocacional em função das habilitações académicas, no sentido de que os reclusos com níveis mais baixos de escolaridade têm crenças, comportamentos e reações à exploração vocacional mais negativos.

H1.4: São esperadas diferenças estatisticamente significativas ao nível das crenças, comportamentos e reações de exploração vocacional em função do estado civil, no sentido de que os solteiros têm crenças, comportamentos e reações à exploração vocacional mais positivos.

H1.5: São esperadas diferenças estatisticamente significativas ao nível das crenças, comportamentos e reações de exploração vocacional em função da

parentalidade ou não, no sentido de que os reclusos com filhos têm crenças, comportamentos e reações à exploração vocacional mais positivos.

H2: Espera-se que exista uma relação positiva significativa entre os níveis de exploração vocacional e as características sociodemográficas

3.2 Participantes

Participaram nesta investigação 58 homens, com idades compreendidas entre os 22 e os 68 anos ($M=40.21$; $DP=11.44$), que cumprem pena num estabelecimento prisional regional da zona centro de Portugal. Uma grande parte dos reclusos é solteiro ($n=26$), e a maioria (67.2%) têm filhos (ver tabela 1). Verifica-se que a grande maioria dos reclusos divorciados e em união de facto têm filhos.

Tabela 1. Distribuição dos reclusos mediante o estado civil e o número de filhos

Estado civil	Tem filhos (67,2%)	Não tem filhos (32,8%)	Total
Casado	6 (75%)	2 (25%)	8 (13.8%)
Solteiro	11(42%)	15 (58%)	26 (44.8%)
Divorciado	11 (92%)	1 (8%)	12 (20.7%)
União de facto	11 (92%)	1 (8%)	12 (20.7%)
Total	39	19	58 (100%)

As habilitações literárias dos participantes variam entre o 4º ano de escolaridade e o 1º Ciclo de Ensino Superior, sendo que a maior parte dos reclusos possui o 9º ano (37.9%), seguindo-se uma percentagem elevada de reclusos com o 4º ano (29.3%). A duração das penas dos reclusos variam entre menos de 1 mês e mais de 8 anos ($média=5.97$, $D.P=1.73$) e o tempo de pena cumprida pelos mesmos varia entre menos de 1 mês (5.2%) e mais de 4 a 6 anos (6.9%) ($média=4.41$, $D.P=1.62$) (ver tabela 2). Perante a distribuição que surge na tabela 2, verifica-se que os reclusos com as penas de prisão mais pesadas têm baixas habilitações académicas. Verifica-se também uma maior concentração de reclusos com penas entre 1 a 6 anos.

Tabela 2. Distribuição dos reclusos por habilitações literárias e duração da pena

Duração da pena	4º ano	6º ano	9º ano	12º ano	Licenciatura	Total
Menos de um mês	0	0	1	0	0	1
1 mês a 3 meses	0	1	0	0	0	1
Mais de 3 meses a 6 meses	3	0	1	0	0	4
Mais de 6 meses a 1 ano	2	2	1	0	0	5
Mais de 1 ano a 2 anos	3	2	2	1	0	8
Mais de 2 anos a 4 anos	2	5	5	1	0	13
Mais de 4 anos a 6 anos	4	4	9	0	1	18
Mais de 6 anos a 8 anos	1	1	3	0	0	5
Mais de 8 anos	2	1	0	0	0	3
Total	17	16	22	2	1	58

3.3 Instrumento de medida

O instrumento de medida utilizado foi a versão portuguesa (Taveira, 1997) do *Career Exploration Survey* (CES; Stumpf, *et al.*, 1983), adaptada para adultos não universitários portugueses (Silva & Taveira, 2010).

O questionário é composto por 56 itens que avaliam sete crenças face ao processo de exploração, quatro dimensões do processo de exploração e três reações face a este processo (tabela 3). As respostas aos itens são do tipo *likert*, variando consoante o tipo de pergunta. A maioria dos itens tem cinco opções de resposta em que 1 significa 1 “Nada importante; 2 “Pouco importante; 3 “Moderadamente importante”; 4 “Importante”; 5 “Muito importante”. Quanto maior a pontuação nas escalas avaliadas pelo CES, mais positivas serão as Crenças de Exploração, os Comportamentos Exploratórios e/ou as Reações à Exploração.

Tabela 3. Definição das escalas e subescalas de exploração vocacional

Subescalas	Definições
Crenças de Exploração	
Estatuto de Emprego	Diz respeito à percepção das possibilidades de emprego na área preferida
Certeza dos Resultados	Grau de certeza que o sujeito tem de vir a atingir uma posição favorável no mercado de trabalho
Instrumentalidade Externa	Percepção da probabilidade de que a exploração do meio profissional conduz ao alcance dos objetivos profissionais
Instrumentalidade Interna	Percepção da probabilidade de que a exploração de si próprio conduz ao alcance dos objetivos profissionais
Instrumentalidade do Método	Percepção da probabilidade de que o método de exploração vocacional conduz ao alcance dos objetivos profissionais
Instrumentalidade da Tomada de Decisão	Percepção da probabilidade de que a tomada de decisão conduz ao alcance dos objetivos profissionais
Importância da Posição Preferida	Grau de importância atribuído alcance da preferência profissional
Comportamentos de Exploração	
Exploração do Meio	Grau de exploração de profissões, formações, empregos, organizações e mercado de trabalho nos últimos 3 meses
Exploração de Si Próprio	Grau de exploração de interesses, valores, características pessoais e necessidades nos últimos 3 meses
Exploração Sistemática Intencional	Grau de exploração vocacional que foi feita de forma intencional
Quantidade de Informação	Medida da informação adquirida sobre o meio profissional
Reações à Exploração	
Satisfação com a Informação	Grau de satisfação sentida face à informação adquirida acerca de profissões, mercado de trabalho e características pessoais
Stressee face à Exploração	Quantidade de stressee percebido que se sente face ao processo de exploração, por comparação a outros acontecimentos na vida
Stressee face à Tomada de Decisão	Quantidade de stressee percebido que se sente face ao processo de tomada de decisão por comparação a outros acontecimentos de vida

Pretende-se avaliar as seguintes escalas e subescalas: a) Crenças de Exploração Vocacional: (i) Estatuto de Emprego; (ii) Certeza dos Resultados de Exploração; (iii) Instrumentalidade Interna; (iv) Instrumentalidade Externa; (v) Instrumentalidade do Método; (vi) Instrumentalidade da Tomada de Decisão; (vii) a Importância da Posição Preferida; (b) Processo de Exploração Vocacional: (i) a Exploração de Si Próprio; (ii) Exploração do Meio; (iii) Exploração Sistemática Intencional; (iv) a Quantidade de Informação; (c) Reações à Exploração: (i) Satisfação com a Informação; (ii) o Stresse face à Exploração; (iii) Stresse face à Tomada de Decisão.

Os resultados da versão adaptada do CES sugerem uma consistência interna satisfatória do instrumento, com índices que variam entre .60 e .88 (Silva, 2010).

3.4 Procedimentos

O estabelecimento prisional regional da zona centro de Portugal foi primeiramente contactado com o objetivo de averiguar a possibilidade de recolha de dados no mesmo espaço. Após a confirmação por parte do senhor diretor, contactou-se a Direção Geral dos Serviços Prisionais que autorizou esta investigação, mediante o projeto apresentado, focando a pertinência e objetivos do presente estudo, bem como o instrumento a utilizar. O estabelecimento prisional regional foi novamente contactado para organizar a recolha de dados de forma a reduzir a perturbação do funcionamento do espaço. No momento da recolha de dados, os guardas prisionais chamaram os reclusos por grupos de aproximadamente 20 indivíduos, previamente elaborados por parte dos guardas. Os dados foram recolhidos pela autora da investigação e foi explicado a cada grupo o contexto, a pertinência e os objetivos do estudo, ressaltando que todos os dados recolhidos são confidenciais e que o preenchimento não era de carácter obrigatório. Após esta pequena introdução, foi dado a preencher a ficha de dados sociodemográficos e o questionário *Career Exploration Survey* (Silva, 2010). O preenchimento teve a duração de 20 a 30 minutos, sendo que os dados foram todos recolhidos no mesmo dia. De realçar que foram recolhidos 69 questionários, mas, contudo, apenas 58 foram considerados válidos devido à falta de preenchimento de todas as questões do questionário.

3.5. Análises Estatísticas

A análise estatística dos dados foi realizada através do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 19.0.

Foram realizadas análises de estatística descritiva para a caracterização sociodemográfica dos participantes (média, desvio-padrão, mínimo e máximo, e percentagens). Para analisar a existência de diferenças estatisticamente significativas, entre os resultados obtidos pelos participantes e os pontos médios de cada subescala, foram realizados one sample t-tests. Para analisar a existência de diferenças entre a idade e a parentalidade foram realizados t-testes para amostras independentes. E, no

caso das variáveis duração da pena, habilitações literárias e estado civil foram realizadas análises *One-Way* ANOVA. O estudo das relações entre as diversas variáveis foi efetuado com recurso ao estudo dos coeficientes de correlação de *Pearson* e ao modelo de regressão linear simples.

Capítulo 4. Resultados

O capítulo que se segue apresenta os resultados da investigação exploratória realizada, nomeadamente, o estudo do *Career Exploration Survey* para a nossa amostra, o estudo descritivo do CES, o estudo das diferenças de grupos, o estudo das correlações e do efeito preditor das variáveis sociodemográficas na exploração vocacional. Deste modo, os resultados serão apresentados respeitando a ordem de estudos aqui referida.

4.1 Estudo do Career Exploration Survey para população reclusa

A partir da versão do *Career Exploration Survey* validada e adaptada para a população de adultos portugueses não universitários (Silva, 2010), procedeu-se a um estudo da mesma para determinar a sua adequabilidade à população em estudo. Assim sendo, realizou-se uma análise aos itens e da dimensionalidade e consistência interna da referida versão do CES, com a amostra de reclusos selecionada para o estudo definitivo (N=58). Os resultados da análise da distribuição das respostas aos itens que constituem o CES encontram-se nas tabelas 4 e 5.

Tabela 4. Teste à normalidade das variáveis

Variáveis	One way Kolmogorov-Smirnov test
Idade	.841
Duração da pena	1.37
Habilitações literárias	1.71
Estado civil	2.10
Parentalidade	3.26
Estatuto de emprego	.704
Certeza dos resultados	.901
Instrumentalidade externa	1.46
Instrumentalidade interna	1.32
Instrumentalidade do método	1.37
Instrumentalidade da tomada de decisão	.886
Importância da posição preferida	1.17
Exploração do meio	.787
Exploração de si próprio	.853
Exploração sistemática intencional	.937
Quantidade de informação	.826
Satisfação com a informação	.937
Stresse face à exploração	1.17
Stresse face à tomada de decisão	1.12

Em primeiro lugar procedeu-se à análise da normalidade para esta amostra. A tabela 4 demonstra que a amostra desta investigação segue uma distribuição normal para

as variáveis idade, duração da pena e habilitações literárias, estado civil e parentalidade, que serão as variáveis independentes neste estudo empírico, e para as variáveis dependentes que serão as subescalas do questionário CES. O teste utilizado foi o Kolmogorov-Smirnov.

Através da observação da tabela 5, é possível verificar um conjunto de resultados que percorre o intervalo entre o valor mínimo e máximo possível, para todos os itens avaliados. Também estão presentes no mesmo quadro, os resultados do estudo da validade interna dos itens do CES, verificando-se que os mesmos registam um coeficiente de validade interna bom. Obtiveram-se valores de alpha de Cronbach para as várias subescalas entre .725 e .950, o que reflete homogeneidade aceitável entre os itens.

Analisando a média dos resultados para cada item, observa-se que a média tende a ultrapassar o ponto médio teórico e o desvio-padrão aproxima-se da unidade, ultrapassando-a em determinados itens. A distribuição dos itens também é adequada, quer ao nível de assimetria (com valores próximos de zero, ou entre -1.16 e .573) quer ao nível da curtose. Considera-se, assim, que os resultados da análise do CES são satisfatórios, na amostra em causa, e suportam a decisão de utilizar a medida no estudo das relações entre exploração e otimização dos processos de controlo dos objetivos vocacionais.

Tabela 5. Análise descritiva das respostas aos itens do CES

Dimensão	Subescala	Itens	Média	DP	Min	Max	Assimetria	Curtose	Alpha de Cronbach
Crenças de Exploração	Estatuto de emprego	19	2.81	1.18	3	15	-.211	-.615	.854
		20	2.76	1.29					
		21	3.38	1.30					
	Certeza dos resultados	22	3.64	1.39	6	30	-.838	.080	.896
		23	3.40	1.40					
		24	3.84	1.27					
		25	3.84	1.27					
		26	3.48	1.34					
		27	3.38	1.55					
	Instrumentalidade externa	38	4.16	1.04	3	15	-1.16	1.49	.845
		39	3.93	1.09					
		40	3.78	1.06					
	Instrumentalidade interna	34	4.16	0.97	4	20	-1.05	.478	.904
		35	3.98	1.16					
		36	4.07	1.23					
		37	3.95	1.07					
	Instrumentalidade do método	32	3.86	1.26	2	10	-1.07	.395	.819
		33	3.90	1.27					
	Instrumentalidade da tomada de decisão	28	4.24	0.90	4	20	-1.16	2.34	.820
		29	4.02	0.96					
		30	4.05	0.87					
		31	3.59	1.20					
	Importância da posição preferida	41	3.52	1.47	4	20	-.901	-.045	.896
		42	4.19	1.16					
		43	3.81	1.30					
		44	3.67	1.46					
Comportamentos de Exploração	Exploração do meio	8	3.07	1.30	7	35	-.326	-.416	.828
		9	2.50	1.27					

Reações à Exploração	Exploração de si próprio	10	3.09	1.29	4	20	-.386	-.165	.830
		11	3.14	1.50					
		12	3.50	1.27					
		13	3.50	1.39					
		14	3.36	1.24					
		15	3.62	1.18					
		16	3.38	1.30					
		17	3.26	1.24					
	Exploração sistemática intencional	18	3.10	1.35	3	15	-.525	-.010	.725
		5	3.26	1.25					
		6	3.07	1.32					
	Quantidade de informação	7	3.74	1.26	3	15	.008	-.621	.780
		1	3.19	1.30					
		2	2.84	1.11					
	Satisfação com a informação	3	2.40	1.24	5	25	-.481	-.384	.923
		4	3.66	1.10					
		45	3.43	1.13					
		46	3.45	1.16					
		47	3.34	1.26					
	Stresse face à exploração	48	3.41	1.29	3	15	.573	-.711	.923
		49	2.28	1.32					
		50	2.29	1.21					
	Stresse da tomada de decisão	51	2.41	1.40	4	20	.491	-.987	.950
		52	2.31	1.42					
		53	2.50	1.42					
		54	2.52	1.51					
		55	2.60	1.43					

4.2. Estudo descritivo do CES

Os valores de média e de desvio-padrão das respostas ao CES apresentam-se na tabela 6, bem como os valores do *one sample t test* para a amostra total. Pode-se observar que os reclusos avaliados apresentam resultados superiores à média teórica para 10 das 14 subescalas do CES. Os reclusos obtiveram médias de resposta inferior à média teórica para as subescalas Estatuto de Emprego (Ponto Médio= 9; M=8.95), Quantidade de Informação (Ponto Médio=9; M=8.43), Stresse face à Exploração (PM=9, M=6.98) e Stresse face à Tomada de Decisão (Ponto Médio=12; M=9.93). A dispersão dos resultados relativamente à tendência central é maior para as subescalas Certeza dos Resultados (DP=6.68), Exploração do Meio (DP=6.52) e Stresse face à Tomada de Decisão (DP=5.39). Os resultados do *one sample t-test* indicam que as diferenças anteriormente apontadas são estatisticamente significativas no sentido em que os reclusos desta amostra obtêm resultados inferiores à população geral ($p < .001$).

Tabela 6 - Medidas descritivas do CES e resultados do *one sample t test* considerando a amostra global

Dimensão	Subescala	Ponto médio	Média	DP	t(57)	p
Crenças de Exploração	Estatuto de emprego	9	8.95	3.31	-112.829	.000
	Certeza dos resultados	18	21.59	6.68	-41.510	.000
	Instrumentalidade externa	9	11.86	2.79	-126.055	.000
	Instrumentalidade interna	12	16.16	3.91	-81.402	.000
	Instrumentalidade do método	6	7.76	2.33	-164.437	.000
	Instrumentalidade da tomada de decisão	12	15.90	3.20	-100.229	.000
Comportamentos de Exploração	Importância da posição preferida	12	15.19	4.72	-69.047	.000
	Exploração do meio	21	22.16	6.52	-41.882	.000
	Exploração de si próprio	12	13.36	4.12	-82.434	.000
	Exploração sistemática intencional	9	10.07	3.08	-118.407	.000
Reações à Exploração	Quantidade de informação	9	8.43	3.05	-123.775	.000
	Satisfação com a informação	15	17.29	5.20	-59.643	.000
	Stresse face à exploração	9	6.98	3.67	-105.782	.000
	Stresse na tomada de decisão	12	9.93	5.39	-67.965	.000

4.3 Estudo das diferenças de grupos

Analisaram-se as subescalas contempladas no questionário CES em função das variáveis sociodemográficas, na tentativa de compreender melhor a sua relação. Assim, foram avaliadas as escalas Crenças de Exploração, Comportamentos de Exploração e Reações à Exploração em função da idade, duração da pena, habilitações literárias, estado civil e parentalidade.

4.3.1 Diferenças na exploração vocacional em função da idade

Para analisar as respostas da amostra em função da idade, esta foi dividida em dois grupos distintos: o grupo 1 é composto por sujeitos com idade inferior a 40 anos e o grupo 2 é composto por sujeitos com idade igual ou superior a 40 anos.

Na tabela 7 pode-se verificar o ponto médio para cada subescala, os valores médios de resposta obtidos para a amostra, discriminados por grupos, os valores do t teste para amostras independentes e os valores que relatam as diferenças entre grupos.

Verifica-se que algumas subescalas obtiveram valores médios de resposta abaixo do valor médio teórico, nomeadamente, as subescalas Estatuto de Emprego (Ponto Médio=9; M=8.63) apenas para o grupo 1, Exploração do Meio (Ponto Médio=21; M=20.89) apenas para o grupo 2, Quantidade de Informação (Ponto Médio=9; Mgrupo1=8.57; Mgrupo2=8.29) para ambos os grupos, Stress e face à Exploração (Ponto Médio=9; Mgrupo1=7.03; Mgrupo2=6.93) para os dois grupos e Stress e face à Tomada de Decisão (Ponto Médio=12; Mgrupo1=9.80; Mgrupo2=10.07) também para os dois grupos.

O grupo de reclusos com idade inferior a 40 anos obteve valores médios de resposta superiores ao grupo composto por reclusos mais velhos nas subescalas Certeza dos Resultados, Instrumentalidade Externa, Instrumentalidade Interna, Instrumentalidade do Método, Instrumentalidade da Tomada de Decisão, Importância da Posição Preferida, Exploração do Meio, Exploração de Si Próprio, Exploração Sistemática Intencional, Quantidade de Informação, Satisfação com a Informação e Stresse face à Exploração. A análise das diferenças entre os resultados em função da idade foi efetuada através de um t-teste para amostras independentes. Constatou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos em estudo.

Tabela 7. Medidas descritivas das escalas crenças, comportamentos e reações à Exploração Vocacional e resultados do T teste para amostras independentes em função da variável idade

Dimensão	Subescala	Grupo 1 (<40 anos)			Grupo 2 (>40 anos)			t	p
		N	M	DP	N	M	DP		
Crenças de Exploração	Estatuto de emprego	30	8.63	3.46	28	9.29	3.17	.747	.460
	Certeza dos resultados	30	23.83	6.68	28	19.18	6.93	-2.807	.256
	Instrumentalidade externa	30	12.43	2.67	28	11.25	2.82	-1.639	.344
	Instrumentalidade interna	30	16.83	3.82	28	15.43	3.96	-1.376	.249
	Instrumentalidade do método	30	8.43	1.98	28	7.04	2.49	-2.377	.244
	Instrumentalidade d tomada de decisão	30	16.67	3.35	28	15.07	2.87	-1.943	.732
	Importância da posição preferida	30	16.43	4.71	28	13.86	4.44	-2.141	.751
Comportamentos de Exploração	Exploração do meio	30	23.33	5.96	28	20.89	6.95	-1.438	.397
	Exploração de si próprio	30	14.20	4.19	28	12.46	3.93	-1.625	.762
	Exploração sistemática intencional	30	10.53	2.73	28	9.57	3.40	-1.192	.222
	Quantidade de informação	30	8.57	3.15	28	8.29	2.99	-.348	.894
Reações de Exploração	Satisfação com a informação	30	18.23	5.51	28	16.29	4.73	-1.439	.569
	Stresse face à exploração	30	7.03	3.38	28	6.93	4.03	-.108	.314
	Stresse da tomada de decisão	30	9.80	5.10	28	10.07	5.77	.190	.513

4.3.2 Diferenças na exploração vocacional em função da duração da pena

Para analisar as subescalas do questionário CES em função da duração da pena (tabela 8), dividiu-se esta variável em três grupos. O grupo 1 é composto por sujeitos cuja pena vai até um ano, o grupo 2 é composto por sujeitos cuja pena vai de mais de 1 ano até 4 anos e, finalmente, o grupo 3 é composto por sujeitos cuja pena é de mais de 4 anos.

Existem subescalas com valores de resposta abaixo do valor médio teórico, nomeadamente as subescalas Estatuto de Emprego (Ponto Médio=9; M=8.58) para o grupo 3, a Quantidade de Informação (Ponto Médio=9; Mgrupo1=8.27; Mgrupo2=8.90; Mgrupo3=8.12) para todos os grupos, Stresse face à Exploração (Ponto Médio=9; Mgrupo1=8.55; Mgrupo2=6.71; Mgrupo3=6.54) para todos os grupos e Stresse face à Tomada de Decisão (Ponto Médio=12; Mgrupo1=11.82; Mgrupo2=9.76; Mgrupo3=9.27) também para todos os grupos. As restantes subescalas obtiveram valores médios de resposta superiores ao valor médio teórico para todos os grupos.

Relativamente à escala Crenças de Exploração, o grupo 1 pontuou mais em todas as subescalas do que os restantes grupos. Verifica-se que o grupo 2 pontuou mais que o grupo 3 apenas nas subescalas Estatuto de Emprego e Certeza dos Resultados. Encontrou-se uma diferença estatisticamente significativa entre os grupos na subescala Importância da Posição Preferida ($F=4.55$; $p<.05$), no sentido de melhores resultados para o grupo 1.

Quanto à escala Comportamentos de Exploração, apesar de não existirem diferenças estatisticamente significativas, verifica-se que o grupo 1 pontua mais em todas as subescalas, exceto na subescala Quantidade de Informação. O grupo 2 pontuou mais do que o grupo 3 nas subescalas Exploração de Si Próprio, Exploração Sistemática Intencional e Quantidade de Informação. Não se encontraram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos.

No que diz respeito à escala Reações à Exploração, apesar de não existirem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, observa-se que o grupo 1 pontua mais em todas as subescalas, seguindo-se do grupo 2 e o grupo 3 com a pontuação mais baixa. As médias das respostas às subescalas do CES parecem diminuir do grupo com menos duração de pena, para o grupo com mais anos a cumprir. Não se encontraram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos.

Tabela 8. Medidas descritivas das crenças, comportamentos e reações à Exploração Vocacional e resultados da *one way* ANOVA em função da variável duração da pena

Dimensão	Subescala	Grupo 1 (até 1 ano)			Grupo 2 (mais de 1 ano até 4 anos)			Grupo 3 (mais de 4 anos)			F	p
		N	M	DP	N	M	DP	N	M	DP		
Crenças de Exploração	Estatuto de Emprego	11	9.27	3.17	21	9.24	3.75	26	8.58	3.07	.289	.750
	Certeza dos resultados	11	25.09	4.93	21	20.95	8.20	26	20.62	5.61	1.945	.153
	Instrumentalidade externa	11	12.73	1.62	21	11.19	3.41	26	12.04	2.57	1.200	.309
	Instrumentalidade interna	11	18.00	1.67	21	14.71	4.79	26	16.54	3.48	2.959	.060
	Instrumentalidade do método	11	8.55	1.57	21	7.00	2.76	26	8.04	2.11	2.001	.145
	Instrumentalidade da tomada de decisão	11	16.64	2.06	21	15.10	3.97	26	16.23	2.85	1.099	.341
Comportamentos de Exploração	Importância da posição preferida	11	18.00	2.45	21	13.14	5.18	26	15.65	4.44	4.551	.015
	Exploração do meio	11	23.73	5.27	21	21.71	8.04	26	21.87	5.71	.389	.680
	Exploração de si próprio	11	14.64	3.78	21	13.95	4.54	26	12.35	3.80	1,559	.219
	Exploração sistemática intencional	11	11.18	2.14	21	9.90	3.32	26	9.73	3.22	.900	.413
Reações Exploração	Quantidade de informação	11	8.27	2.97	21	8.90	2.76	26	8.12	3.36	.399	.673
	Satisfação com a informação	11	18.90	6.25	21	16.71	4.95	26	17.08	4.99	.677	.513
	Stresse face à exploração	11	8.55	3.70	21	6.71	3.94	26	6.54	3.40	1.253	.294
	Stresse na tomada de decisão	11	11.82	6.15	21	9.76	5.74	26	9.27	4.76	.878	.421

4.3.3 Diferenças na exploração vocacional em função das habilitações literárias

Apresentam-se os resultados dos valores médios de resposta às subescalas do CES em função do grau de escolaridade dos reclusos (tabela 9).

Todas as subescalas obtiveram valor médio de resposta superior à média teórica exceto em alguns casos, nomeadamente nas subescalas Estatuto de Emprego (Ponto Médio= 9; M6ºano=8.06; Mgrupo3=8.59), Importância da Posição Preferida (Ponto Médio=12; M12ºano=9.50), Exploração do Meio (Ponto Médio=21; M9ºano=19.63), Exploração de Si Próprio (Ponto Médio=12; M9ºano=11.91), Exploração Sistemática Intencional (Ponto Médio=9; M9ºano=8.95), Quantidade de Informação (Ponto Médio=9; M4ºano=8.94; M6ºano=7.88; M9ºano=8.05), Stresse face à Exploração (Ponto Médio=9; M4ºano=8.29; M6ºano=6.75; M9ºano=6.4; M12ºano=3.00) e Stresse face à Tomada de Decisão (Ponto Médio=12; M4ºano= 10.76; M6ºano=10.00; M9ºano=9.55; M12ºano=5.50).

Algumas subescalas apresentam grande dispersão a nível de média de resultados, nomeadamente a subescala Certeza dos Resultados para o 6ºano (DP=7.04) e para o 9º ano (DP=6,87), a subescala Exploração do Meio para o 6º ano (DP=7.11) e a subescala Stresse face à Tomada de Decisão para o 4º ano (DP=6.51).

Encontraram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos apenas para a subescala Certeza dos Resultados ($F=2.871$; $p=.032$).

Tabela 9. Medidas descritivas das escalas crenças, comportamentos e reações à Exploração Vocacional e resultados da *one way* ANOVA em função da variável habilitações literárias

Dimensão	Subescala	4º ano			6º ano			9ºano			12º ano			Licenciatura			F	p
		N	M	DP	N	M	DP	N	M	DP	N	M	DP	N	M	DP		
Crenças de Exploração	Estatuto de Emprego	17	9.71	2.17	16	8.06	3.53	22	8.59	3.79	2	12.00	2.83	1	12.00	0	1.230	.309
	Certeza dos Resultados	17	25.29	4.61	16	21.06	7.04	22	18.86	6.87	2	26.00	4.24	1	18.00	0	2.871	.032
	Instrumentalidade externa	17	12.53	2.67	16	11.94	3.11	22	11.27	2.60	2	10.50	3.54	1	15.00	0	.924	.457
	Instrumentalidade interna	17	16.59	3.37	16	16.19	4.43	22	15.68	4.14	2	16.50	4.95	1	18.00	0	.181	.947
	Instrumentalidade do método	17	7.65	2.52	16	7.50	2.73	22	7.95	2.03	2	8.50	2.12	1	8.00	0	.142	.966
	Instrumentalidade da tomada de decisão	17	15.65	2.78	16	15.56	3.14	22	16.00	3.66	2	18.00	2.83	1	19.00	0	.508	.730
	Importância da posição preferida	17	16.71	4.16	16	15.25	4.94	22	14.27	4.76	2	9.50	2.12	1	20.00	0	1.713	.161
	Exploração do meio	17	23.94	6.12	16	22.88	7.11	22	19.63	5.94	2	28.50	6.36	1	23.00	0	1.756	.152
Comportamentos de Exploração	Exploração de si próprio	17	14.35	3.32	16	13.75	4.93	22	11.91	3.98	2	17.00	1.41	1	15.00	0	1.434	.235
	Exploração sistemática intencional	17	11.12	1.93	16	10.00	3.50	22	8.95	3.23	2	14.00	1.41	1	10.00	0	2.196	.082
	Quantidade de informação	17	8.94	2.95	16	7.88	2.78	22	8.05	3.36	2	11.00	0	1	12.00	0	1.040	.396
	Satisfação com a informação	17	18.47	4.68	16	16.81	5.46	22	16.23	5.45	2	21.00	4.95	1	20.00	0	.871	.488
Reações à Exploração	Stresse face à exploração	17	8.29	4.33	16	6.75	3.34	22	6.41	3.30	2	3.00	0	1	9.00	0	1.393	.249
	Stresse na tomada de decisão	17	10.76	6.51	16	10.00	5.68	22	9.55	4.52	2	5.50	2.12	1	12.00	0	.488	.745

4.3.4 Diferenças na exploração vocacional em função do estado civil

Seguidamente apresentam-se os resultados das subescalas do questionário CES em função do estado civil (tabela 10).

Para alguns estados civis, o valor de resposta às subescalas das crenças, comportamentos e reações à exploração apresentam-se abaixo do valor médio teórico, nomeadamente as subescalas Estatuto de Emprego (Ponto médio= 9; Msolteiro=8.27; Muniaodefato=8.50), Exploração do Meio (Ponto médio=21; Muniaodefato=19.17), Exploração de Si Próprio (Ponto médio=12; Mdivorciado=10.92), Quantidade de Informação (Ponto médio=9; Msolteiro=8.04; Mcasado=8.38; Muniaodefato=8.50), *Stresse* face à Exploração (Ponto médio=9; Msolteiro=7.15; Mdivorciado=6.58; Muniaodefato=5.00) e *Stresse* face à Tomada de Decisão (Ponto médio=12; Msolteiro=10.92; Mdivorciado=9.83; Muniaodefato=6.00).

Os valores médios de resposta apresentam grande dispersão na subescala Certeza dos Resultados para os solteiros (DP=7.33) e para os reclusos em união de fato (DP=8.62), na subescala Instrumentalidade do Método para os solteiros (DP=8.50) e na subescala Exploração do Meio no caso dos reclusos em união de fato (DP=7.96).

As diferenças entre os diferentes estados civis são significativas para as subescalas *Stresse* face à Exploração ($F=3.417$; $p=.024$) e *Stresse* face à Tomada de Decisão ($F=3.586$; $p=.019$).

Tabela 10. Medidas descritivas das escalas crenças, comportamentos e reações à Exploração Vocacional e resultados da *one way* ANOVA em função da variável estado civil

Dimensão	Subescala	Solteiro			Casado			Divorciado			União de fato			F	p
		N	M	DP	N	M	DP	N	M	DP	N	M	DP		
Crenças de Exploração	Estatuto de Emprego	26	8.27	3.70	8	10.50	2.67	12	9.83	2.66	12	8.50	3.18	1.33	.273
	Certeza dos Resultados	26	21.62	7.33	8	22.88	3.64	12	21.83	4.86	12	20.42	8.62	.218	.883
	Instrumentalidade externa	26	11.96	2.89	8	12.00	1.51	12	11.92	3.00	12	11.50	3.26	.082	.969
	Instrumentalidade interna	26	16.08	4.18	8	16.63	2.83	12	15.25	4.41	12	16.92	3.65	.394	.758
	Instrumentalidade do método	26	8.15	8.50	8	8.50	1.20	12	6.92	2.23	12	7.25	3.25	1.25	.300
	Instrumentalidade da tomada de decisão	26	15.96	3.21	8	17.00	1.93	12	15.00	2.95	12	15.92	4.10	.623	.604
	Importância da posição preferida	26	15.27	4.84	8	15.50	2.67	12	14.50	5.55	12	15.50	5.13	.111	.953
Comportamentos de Exploração	Exploração do meio	26	22.77	6.33	8	25.13	5.62	12	21.83	5.32	12	19.17	7.96	1.52	.219
	Exploração de si próprio	26	13.50	3.68	8	15.75	2.96	12	10.92	4.03	12	13.92	4.94	2.58	.063
	Exploração sistemática intencional	26	9.81	2.87	8	11.25	2.92	12	10.50	3.50	12	9.42	3.32	.700	.556
Reações à Exploração	Quantidade de informação	26	8.04	3.00	8	8.38	3.89	12	9.25	2.90	12	8.50	2.94	.422	.738
	Satisfação com a informação	26	16.27	5.68	8	18.75	3.49	12	18.83	3.88	12	17.00	6.09	.905	.445
	Stresse face à exploração	26	7.15	3.23	8	10.00	4.54	12	6.58	3.82	12	5.00	2.70	3.41	.024
	Stresse na tomada de decisão	26	10.92	4.69	8	12.75	6.07	12	9.83	6.53	12	6.00	3.05	3.58	.019

4.3.5 Diferenças na exploração vocacional em função da parentalidade

Apresentam-se seguidamente os resultados do questionário CES em função do fato dos reclusos serem pais ou não (tabela 11). Como tal, o grupo 1 representa o grupo de reclusos sem filhos e o grupo 2 representa o grupo de reclusos com filhos.

A subescala Estatuto de Emprego (Ponto Médio=9; M=8.32) apresenta um valor de resposta abaixo do valor teórico para o grupo de reclusos sem filhos. Para ambos os grupos, as subescalas que pontuaram abaixo do valor médio teórico são: Quantidade de Informação (Ponto Médio=9; Mgrupo1=8.21; Mgrupo2=8.54); *Stresse* face à Exploração (Ponto Médio=9; Mgrupo1=7.21; Mgrupo2=6.87); *Stresse* face à Tomada de Decisão (Ponto Médio=12; Mgrupo1=11.32; Mgrupo2=9.26). Todas as restantes subescalas obtiveram um valor médio de resposta superior ao valor médio teórico.

O grupo composto por reclusos sem filhos pontuou mais que o grupo de reclusos com filhos nas subescalas Instrumentalidade do Método, Instrumentalidade da Tomada de Decisão, Importância da Posição Preferida, Exploração do Meio, Exploração de Si Próprio, Áreas Exploradas, *Stresse* face à Exploração e *Stresse* face à Tomada de Decisão. Não se encontraram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de reclusos com ou sem filhos.

Tabela 11. Medidas descritivas das escalas crenças, comportamentos e reações à Exploração Vocacional e resultados do T teste para amostras independentes em função da variável parentalidade

Dimensão	Subescala	Grupo 1 (Sem filhos)			Grupo 2 (Com filhos)			t	p
		N	M	DP	N	M	DP		
Crenças de Exploração	Estatuto de emprego	19	8.32	3.20	39	9.26	3.36	-1.016	.314
	Certeza dos resultados	19	21.47	5.84	39	21.64	7.12	-.089	.930
	Instrumentalidade externa	19	11.58	2.12	39	12.00	3.08	-.537	.594
	Instrumentalidade interna	19	15.84	3.34	39	16.31	4.20	-.422	.675
	Instrumentalidade do método	19	8.00	1.86	39	7.64	2.54	.548	.586
	Instrumentalidade da tomada de decisão	19	16.16	2.17	39	15.77	3.61	.431	.668
Comportamentos de Exploração	Importância da posição preferida	19	15.26	4.15	39	15.15	5.03	.082	.935
	Exploração do meio	19	22.74	5.85	39	21.87	6.88	.471	.639
	Exploração de si próprio	19	14.21	2.74	39	12.95	4.63	1.096	.278
	Exploração sistemática intencional	19	10.32	2.33	39	9.95	3.41	.423	.674
Reações à Exploração	Quantidade de informação	19	8.21	3.10	39	8.54	3.06	-.381	.704
	Satisfação com a informação	19	17.21	5.32	39	17.33	5.21	-.084	.934
	Stresse face à exploração	19	7.21	3.72	39	6.87	3.69	.327	.745
	Stresse na tomada de decisão	19	11.32	4.87	39	9.26	5.56	1.377	.174

4.4 Estudo das Correlações entre as escalas do CES e as variáveis sociodemográficas

A análise das correlações entre as subescalas da exploração vocacional e as variáveis sociodemográficas idade, duração da pena e habilitações literárias permitiu identificar várias correlações (tabela 12).

Considerando primeiramente as variáveis sociodemográficas, verificam-se correlações negativas entre a idade e a subescala Certeza dos Resultados ($r=-.353$; $p<.01$), a idade e a Instrumentalidade do Método ($r=-.363$; $p<.01$), a idade e a Instrumentalidade da Tomada de Decisão ($r=-.283$; $p<.05$), a idade e a Exploração de Si Próprio ($r=-.279$; $p<.05$) e as habilitações literárias e a Certeza dos Resultados ($r=-.314$; $p<.05$).

Várias subescalas da exploração vocacional parecem correlacionar-se entre si positivamente, nomeadamente: a Exploração do Meio e a Exploração Sistemática Intencional ($r=.614$; $p<.01$); a Exploração do Meio e a Quantidade de Informação ($r=.420$; $p<.01$); a Exploração Sistemática Intencional e a Exploração de Si Próprio ($r=.549$; $p<.01$); a Exploração Sistemática Intencional e a Quantidade de Informação ($r=.362$; $p<.01$); Estatuto de Emprego e Certeza dos Resultados ($r=.631$; $p<.05$); Estatuto de Emprego e Instrumentalidade Externa ($r=.277$; $p<.05$); Estatuto de Emprego e Instrumentalidade do Método ($r=.285$; $p<.05$); Estatuto de Emprego e Instrumentalidade da Tomada de Decisão ($r=.412$; $p<.01$); Estatuto de Emprego e Exploração do Meio ($r=.492$; $p<.01$); Estatuto de Emprego e Exploração de Si Próprio ($r=.356$; $p<.01$); Estatuto de Emprego e Exploração Sistemática Intencional ($r=.396$; $p<.01$); Estatuto de Emprego e Quantidade de Informação ($r=.303$; $p<.05$); Estatuto de Emprego e Satisfação com a Informação ($r=.531$; $p<.01$); Estatuto de Emprego e Stresse face à Exploração ($r=.301$; $p<.05$); Certeza dos Resultados e Instrumentalidade Externa ($r=.507$; $p<.01$); Certeza dos Resultados e Instrumentalidade Interna ($r=.401$; $p<.01$); Certeza dos Resultados e Instrumentalidade do Método ($r=.471$; $p<.01$); Certeza dos Resultados e Instrumentalidade da Tomada de Decisão ($r=.516$; $p<.01$); Certeza dos Resultados e Importância da Posição Preferida ($r=.460$; $p<.01$); Certeza dos Resultados e Exploração do Meio ($r=.767$; $p<.01$); Certeza dos Resultados e Exploração de Si Próprio ($r=.421$; $p<.01$); Certeza dos Resultados e Exploração Sistemática Intencional ($r=.668$; $p<.01$); Certeza dos Resultados e Quantidade de Informação ($r=.358$; $p<.05$); Certeza dos Resultados e Satisfação com a Informação ($r=.590$; $p<.01$);

Instrumentalidade Externa e Instrumentalidade Interna ($r=.856$; $p<.01$);
 Instrumentalidade Externa e Instrumentalidade do Método ($r=.693$; $p<.01$);
 Instrumentalidade Externa e Instrumentalidade da Tomada de Decisão ($r=.673$; $p<.01$);
 Instrumentalidade Externa e Importância da Posição Preferida ($r=.648$; $p<.01$);
 Instrumentalidade Externa e Exploração do Meio ($r=.460$; $p<.01$); Instrumentalidade
 Externa e Exploração de Si Próprio ($r=.397$; $p<.01$); Instrumentalidade Externa e
 Exploração Sistemática Intencional ($r=.381$; $p<.01$); Instrumentalidade Externa e
 Satisfação com a Informação ($r=.335$; $p<.05$); Instrumentalidade Interna e
 Instrumentalidade do Método ($r=.665$; $p<.01$); Instrumentalidade Interna e
 Instrumentalidade da Tomada de Decisão ($r=.672$; $p<.01$); Instrumentalidade Interna e
 Importância da Posição Preferida ($r=.642$; $p<.01$); Instrumentalidade Interna e
 Exploração do Meio ($r=.364$; $p<.01$); Instrumentalidade Interna e Exploração de Si
 Próprio ($r=.388$; $p<.01$); Instrumentalidade Interna e Exploração Sistemática Intencional
 ($r=.374$; $p<.01$); Instrumentalidade Interna e Satisfação com a Informação ($r=.291$;
 $p<.05$); Instrumentalidade do Método e Instrumentalidade da Tomada de Decisão
 ($r=.812$; $p<.01$); Instrumentalidade do Método e Importância da Posição Preferida
 ($r=.568$; $p<.01$); Instrumentalidade do Método e Exploração do Meio ($r=.493$; $p<.01$);
 Instrumentalidade do Método e Exploração de Si Próprio ($r=.432$; $p<.01$);
 Instrumentalidade do Método e Exploração Sistemática Intencional ($r=.372$; $p<.01$);
 Instrumentalidade do Método e Satisfação com a Informação ($r=.273$; $p<.05$);
 Instrumentalidade da Tomada de Decisão e Importância da Posição Preferida ($r=.487$;
 $p<.01$); Instrumentalidade da Tomada de Decisão e Exploração do Meio ($r=.550$;
 $p<.01$); Instrumentalidade da Tomada de Decisão e Exploração de Si Próprio ($r=.536$;
 $p<.01$); Instrumentalidade da Tomada de Decisão e Exploração Sistemática Intencional
 ($r=.577$; $p<.01$); Instrumentalidade da Tomada de Decisão e Satisfação com a
 Informação ($r=.424$; $p<.01$); Importância da Posição Preferida e Exploração do Meio
 ($r=.347$; $p<.01$); Importância da Posição Preferida e Exploração de Si Próprio ($r=.322$;
 $p<.05$); Importância da Posição Preferida e Exploração Sistemática Intencional ($r=.355$;
 $p<.01$); Importância da Posição Preferida e Satisfação com a Informação ($r=.326$;
 $p<.05$); Exploração do Meio e Satisfação com a Informação ($r=.492$; $p<.01$); Exploração
 de Si Próprio e Satisfação com a Informação ($r=.277$; $p<.05$); Exploração Sistemática
 Intencional e Satisfação com a Informação ($r=.448$; $p<.01$); Quantidade de Informação e
 Satisfação com a Informação ($r=.542$; $p<.01$); Stresse face à Exploração e Stresse face à

Tomada de Decisão ($r=.840$, $p<.01$); Exploração do Meio e a Exploração de Si Próprio ($r=.546$; $p<.01$).

Tabela 12. Análise das correlações entre as subescalas da exploração vocacional e as variáveis idade, duração da pena e habilitações literárias

	Duração da pena	Habilitações	EE	CR	IE	II	IM	ITD	IMP	EM	ESP	ESI	QI	SI	SE	SD
Idade	.048	.120	.020	-.353**	-.203	-.131	-.363**	-.283*	-.255	-.222	-.279*	-.174	.057	-.117	-.044	-.004
Duração da pena	1	.088	-.086	-.147	-.045	-.085	-.037	-.001	-.042	-.106	-.134	-.115	-.024	-.101	-.205	-.202
Habilitações		1	.003	-.314*	-.132	-.050	.077	.137	-.208	-.161	-.129	-.158	.023	-.065	-.221	-.115
EE			1	.631**	.277*	.242	.285*	.412*	.231	.492**	.356**	.396**	.303*	.531**	.301*	.133
CR				1	.507**	.401**	.471**	.516*	.460	.767**	.421**	.668**	.358*	.590**	.218	.133
IE					1	.856**	.693**	.673*	.648	.460**	.397**	.381**	.059	.335*	.159	.121
II						1	.665**	.672*	.642	.364**	.388**	.374**	.088	.291*	.062	.027
IM							1	.812*	.568	.493**	.432**	.372**	-.010	.273*	.197	.115
ITD								1	.487**	.550**	.536**	.577**	.177	.424**	.143	.075
IMP									1	.347**	.322*	.355**	.168	.326*	.228	.174
EM										1	.546**	.614**	.420**	.492**	.273*	.285*
ESP											1	.549**	.202	.277*	.187	.120
ESI												1	.362**	.448**	.126	.109
QI													1	.542**	-.059	-.057
SI														1	-.080	-.115
SE															1	.840*
SD																1

Legenda: EE=Estatuto de Emprego; CR=Certeza dos Resultados; IE=Instrumentalidade Externa; II=Instrumentalidade Interna; IM=Instrumentalidade do Método; ITD=Instrumentalidade da Tomada de Decisão; IMP=Importância da Posição Preferida; EM - Exploração do Meio; ESP - Exploração de Si Próprio; ESI - Exploração Sistemática Intencional; QI - Quantidade de Informação; SE=Stresse face à Exploração; STD=Stresse face à Tomada de Decisão; SI=Satisfação com a Informação

*p<.05; **p<.01

4.5 Estudo do efeito preditor das variáveis sociodemográficas nas competências de exploração vocacional avaliadas pelo CES

Com o intuito de melhor compreender as relações entre as competências de exploração vocacional e as variáveis sociodemográficas, analisou-se o efeito preditor das variáveis idade, duração da pena, habilitações literárias, estado civil e parentalidade nestas competências avaliadas pelo CES (tabela 13).

Verifica-se que a idade explica 25.7% da variância da subescala Certeza dos Resultados ($\beta=-.313$; $t=-2.442$; $p=.018$). Também a idade explica 17.2% da variância da subescala Instrumentalidade do Método ($\beta=-.353$; $t=-2.614$; $p=.012$). A variância da subescala Instrumentalidade da Tomada de Decisão é explicada também pelo fator idade ($\beta=-.305$; $t=-1.768$; $p=.034$).

O estado civil explica a variância da subescala Exploração do Meio ($\beta=-.312$; $t=-2.227$; $p=.030$), da subescala Stresse face à Exploração ($\beta=-.471$; $t=-3.524$; $p=.001$) e da subescala Stresse face à Tomada de Decisão ($\beta=-.442$; $t=-3.257$; $p=.002$).

Tabela 13. Análise de regressão

V. dependente	Preditores	Beta	T	p
Estatuto de emprego	Idade	.025	.179	.859
	Estado civil	-.183	-1.248	.218
	Habilitações acadêmicas	.045	.330	.743
	Parentalidade	.208	1.436	.157
	Duração da pena	-.244	-1.740	.088
	R ² =.085 r ² ajusted=-.003 F=.962; p=.450			
Certeza dos resultados	Idade	-.313	-2.442	.018
	Estado civil	-.125	-.948	.347
	Habilitações acadêmicas	-.235	-1.905	.062
	Parentalidade	.146	1.119	.268
	Duração da pena	-.224	-1.768	.083
	R ² =.257 r ² ajusted=.185 F=3.594; p=.007			
Instrumentalidade externa	Idade	-.208	-1.459	.151
	Estado civil	-.077	-.521	.605
	Habilitações acadêmicas	-.092	-.671	.505
	Parentalidade	.154	1.063	.293
	Duração da pena	-.070	-.497	.621
	R ² =.076 r ² ajusted=-.013 F=.850; p=.521			
Instrumentalidade interna	Idade	-.151	-1.034	.306
	Estado civil	.006	.040	.968
	Habilitações acadêmicas	-.012	-.088	.930
	Parentalidade	.102	.684	.497
	Duração da pena	-.076	-.524	.603
	R ² =.033 r ² ajusted=-.060 F=.351; p=.880			
Instrumentalidade do método	Idade	-.353	-2.614	.012
	Estado civil	-.167	-1.202	.235
	Habilitações acadêmicas	.128	.983	.330
	Parentalidade	.087	.637	.527
	Duração da pena	-.084	-.629	.532
	R ² =.172 r ² ajusted=.093 F=2.166; p=.072			
Instrumentalidade da tomada de decisão	Idade	-.305	-2.179	.034
	Estado civil	-.040	-.276	.784
	Habilitações acadêmicas	.177	1.311	.195
	Parentalidade	.047	.328	.744
	Duração da pena	-.020	-.143	.887
	R ² =.112 r ² ajusted=.027 F=1.313; p=.273			
Importância da posição preferida	Idade	-.249	-1.768	.083
	Estado civil	.015	.107	.916
	Habilitações acadêmicas	-.170	-1.253	.216
	Parentalidade	.047	.330	.742
	Duração da pena	-.027	-.191	.849

		$R^2=.100$	$r^2 \text{ ajustado}=.014$	$F=1.162; p=.341$	
Exploração do meio	Idade	-.136	-.999	.322	
	Estado civil	-.312	-2.227	.030	
	Habilitações académicas	-.125	-.952	.345	
	Parentalidade	.083	.596	.554	
	Duração da pena	-.190	-1.415	.163	
		$R^2=.161$	$r^2 \text{ ajustado}=.080$	$F=1.995; p=.095$	
Exploração de si próprio	Idade	-.213	-1.530	.132	
	Estado civil	-.127	-.886	.380	
	Habilitações académicas	-.082	-.610	.544	
	Parentalidade	-.037	-.261	.795	
	Duração da pena	-.159	-1.159	.252	
		$R^2=.122$	$r^2 \text{ ajustado}=.038$	$F=1.452; p=.222$	
Exploração sistemática intencional	Idade	-.118	-.828	.411	
	Estado civil	-.137	-.938	.353	
	Habilitações académicas	-.118	-.862	.392	
	Parentalidade	.028	.195	.846	
	Duração da pena	-.168	-1.197	.237	
		$R^2=.083$	$r^2 \text{ ajustado}=-.005$	$F=.938; p=.464$	
Quantidade de informação	Idade	.032	.217	.829	
	Estado civil	.060	.392	.697	
	Habilitações académicas	.021	.147	.884	
	Parentalidade	.023	.154	.878	
	Duração da pena	.015	.104	.917	
		$R^2=.008$	$r^2 \text{ ajustado}=-.088$	$F=.082; p=.995$	
Satisfação com a informação	Idade	-.106	-.733	.467	
	Estado civil	-.037	-.251	.803	
	Habilitações académicas	-.010	-.075	.941	
	Parentalidade	.069	.471	.640	
	Duração da pena	-.205	-1.438	.157	
		$R^2=.056$	$r^2 \text{ ajustado}=-.035$	$F=.613; p=.690$	
Stresse face à exploração	Idade	.090	.697	.489	
	Estado civil	-.471	-3.524	.001	
	Habilitações académicas	-.227	-1.814	.075	
	Parentalidade	.084	.634	.529	
	Duração da pena	-.173	-1.348	.183	
		$R^2=.238$	$r^2 \text{ ajustado}=.164$	$F=3.241; p=.013$	
Stresse na tomada de decisão	Idade	.154	1.169	.248	
	Estado civil	-.442	-3.257	.002	
	Habilitações académicas	-.140	-1.105	.274	
	Parentalidade	-.080	-.594	.555	
	Duração da pena	-.137	-1.050	.299	
		$R^2=.214$	$r^2 \text{ ajustado}=.138$	$F=2.823; p=.025$	

5. Discussão dos resultados

No ponto anterior descreveram-se os resultados encontrados ao longo da análise estatística, com foco nos dados mais significativos. No presente título, os resultados serão interpretados e discutidos à luz dos objetivos e hipóteses de investigação.

Perante a análise às escalas avaliadas pelo questionário CES, a escala Crenças de Exploração obteve uma média de respostas média alta (3.75) e a escala de Comportamentos de Exploração obteve uma média de respostas de valor médio (3.12). Pode-se concluir que, apesar dos valores não serem baixos, as crenças e comportamentos exploratórios encontram-se num nível médio, podendo ser incrementados por programas de avaliação e orientação vocacional. A escala Reações à Exploração obteve uma média de respostas baixa (2.85) revelando que os reclusos desta amostra tendem a não sentir stresse relativamente à exploração vocacional e à tomada de decisão e apresentam-se razoavelmente satisfeitos com a informação ligada ao emprego e mercado de trabalho que têm. Esta falta de stresse percebido face à exploração e à tomada de decisão pode resultar de uma confiança ilusória de reinserção no emprego antigo aquando a libertação ou pode estar associada aos reclusos que estão em idade de reforma ou que a sua libertação aconteça na idade de reforma.

Os reclusos inquiridos parecem dar muita importância, na sua maioria, à comunicação com pessoas que trabalhem na sua área de modo a obter informações sobre as oportunidades de emprego na área preferida, privilegiando o trabalho na sua área de eleição e formação.

Consequentemente, a questão de obter informação acerca de trabalhos na área profissional dos sujeitos parece não representar dificuldade. Os sujeitos inquiridos demonstram ainda uma falta de interesse em entrar em formações profissionais específicas, uma vez que esta questão obteve uma média de resposta baixa. Os sujeitos parecem ainda não estarem indecisos profissionalmente, esta questão pode estar associada ao facto dos sujeitos se limitarem apenas a procurar emprego na sua área profissional, excluindo outras áreas (Golembeski & Fullilove, 2005; Ramakers *et al.*, 2012).

Relativamente às hipóteses do presente estudo, esperava-se encontrar diferenças estatisticamente significativas entre as crenças de exploração, os comportamentos de exploração, as reações à exploração e a idade (H1.1). Face às crenças de exploração, previa-se que quanto mais jovens os reclusos são, menos positivas seriam as crenças.

Apesar de não existirem diferenças estatisticamente significativas, verifica-se que os reclusos mais jovens pontuam mais em todas as subescalas das crenças de exploração do que os reclusos mais velhos, exceto na subescala Estatuto de Emprego. Assim, os resultados vão contra o que seria expectável, uma vez que os reclusos mais jovens são os que têm crenças mais positivas face à exploração. Relativamente aos comportamentos exploratórios, previa-se que os reclusos mais jovens teriam comportamentos menos positivos. Após a análise dos dados, não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os comportamentos de exploração entre os dois grupos separados em função da idade. No entanto é de ressaltar que o grupo de sujeitos com idade inferior a 40 anos, pontuou mais em todas as subescalas do Comportamento de Exploração, demonstrando ter mais comportamentos de exploração que os reclusos com idade igual ou superior a 40 anos. Estes resultados vão contra a suposição da investigação, mostrando que os reclusos mais novos têm comportamentos ligeiramente mais positivos, o que pode estar relacionado com a flexibilidade que o mercado de trabalho exige atualmente, sendo que os sujeitos mais novos poderão estar mais sujeitos a mudanças de emprego e de área do que os sujeitos mais velhos que procuram permanecer na sua área profissional (Polaschek, 2012).

Quanto às esperadas diferenças estatisticamente significativas entre as reações à exploração e a idade (H1.1), também não se verificaram, mas o grupo de sujeitos com idade superior a 40 anos pontuou ligeiramente mais na subescala Stresse face à Tomada de Decisão o que pode revelar que, apesar de não ser significativo, os reclusos mais velhos podem sentir mais tensão relativamente à sua vida profissional que os reclusos mais novos. Estes pontuam ligeiramente mais na subescala Satisfação com a Informação o que pode estar associado aos comportamentos exploratórios positivos que se verificaram anteriormente.

Quanto à duração da pena, os grupos foram divididos desde penas mais pequenas a penas maiores, sendo o grupo 1 composto por sujeitos com pena entre um mês e 1 ano, o grupo 2 composto por sujeitos com penas entre 1 ano e 4 anos e o grupo 3 composto por sujeitos com penas de mais de 4 anos. Encontrou-se uma diferença estatisticamente significativa entre os grupos e a subescala Importância da Posição Preferida. Apesar de não se poder aceitar H1.2 que previa diferenças estatisticamente significativas entre os grupos na escala Crenças de Exploração, Comportamentos de Exploração e Reações à Exploração, verificou-se que, quanto mais longa for a pena de prisão, menos são as

percepções de oportunidades de emprego na área preferida e menor é o grau de certeza de vir a atingir uma posição favorável no mercado de trabalho. Talvez este isolamento social e o afastamento do mercado de trabalho, levem a uma maior dificuldade de ajustamento e adaptação ao mercado de trabalho que encontram aquando a sua libertação (Ramakers *et al.*, 2012; Tyler & Kling, 2006).

Quando analisadas as subescalas de comportamentos de exploração e a duração da pena, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas, porém, é de ressaltar que a pontuação das subescalas diminuía consoante a duração da pena aumentava, com exceção nas subescalas Quantidade de Informação e Exploração do Meio.

No que diz respeito à escala de Reações de Exploração em função da duração da pena, também não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, no entanto, quanto mais longa a pena, o stresse tende a obter valores ligeiramente mais baixos, indicando que os reclusos com penas mais curtas poderão sentir mais stresse que os reclusos com penas maiores, o que vai de encontro à suposição da investigação no sentido em que, reclusos com penas mais baixas mostravam Reações à Exploração mais positivas (Tyler & Kling, 2006).

Considerando as escalas do CES em função das habilitações literárias (H1.3) que previa que, quanto mais baixas forem as habilitações literárias, menos positivas serão as Crenças de Exploração, os Comportamentos de Exploração e as Reações de Exploração, existe uma diferença estatisticamente significativa para a subescala Certeza dos Resultados. Relativamente às Crenças de Exploração, os resultados não permitem aceitar H1.3, pois verifica-se que os reclusos com o 4º ano pontuam mais que os restantes reclusos em algumas subescalas, com exceção do recluso licenciado que pontua mais também em algumas questões. Considerando os Comportamentos de Exploração, verifica-se que o recluso licenciado e os reclusos com o 12º ano tendem a pontuar mais nas questões que os restantes. No entanto, é de notar que os reclusos com o 4º ano de escolaridade tendem a pontuar mais que os reclusos com o 6º e 9º anos não existindo um padrão que permita aceitar a nossa hipótese. Os níveis de stresse parecem atenuar consoante os reclusos têm mais habilitações literárias (Crewe, 2011).

Analisando as escalas do CES em função do estado civil, a H1.4 previa que os reclusos solteiros teriam Crenças de Exploração, Comportamentos de Exploração e Reações à Exploração mais elevados que os restantes reclusos. Tal não é possível

aceitar uma vez que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os vários estados civis e a escala Crenças de Exploração e Comportamentos de Exploração. Nesta ultima, os solteiros pontuaram menos nas subescalas Quantidade de Informação do que todos reclusos, e, juntamente com os reclusos em união de fato, obtiveram uma pontuação baixa na subescala Exploração de Si Próprio. Relativamente à escala Reações à Exploração, os solteiros demonstram alguma insatisfação relativamente à informação acerca das profissões e mercado de trabalho quando comparados aos restantes reclusos e, juntamente com os casados, demonstram sentir mais tensão face à tomada de decisão que os restantes reclusos. As diferenças são estatisticamente significativas para as subescalas Stresse face à Exploração e Stresse da Tomada de Decisão. Assim, corroborando o estudo de Golembeski e Fullilove (2005), os reclusos solteiros parecem ter algumas fragilidades face à inserção no mercado de trabalho.

Por último, analisaram-se as dimensões do CES em função da parentalidade, prevendo que, os reclusos com filhos têm Crenças de Exploração, Comportamentos de Exploração e Reações à Exploração mais positivas que os reclusos sem filhos (H1.5). Apesar de não existirem diferenças estatisticamente significativas, verifica-se que os reclusos com filhos têm perceções e grau de certeza mais elevados face ao mercado de trabalho e a atingir uma posição favorável no mercado de trabalho que os reclusos sem filhos. Os reclusos com filhos demonstram também ter mais comportamentos de exploração de si próprios e duma forma intencional. Os níveis de stresse são inferiores para os reclusos com filhos.

Procedeu-se à análise de correlações entre as subescalas avaliadas no questionário CES e as variáveis sociodemográficas idade e duração da pena de onde foi possível chegar a algumas conclusões face às restantes hipóteses de estudo. Previa a existência de correlações positivas entre as três escalas do questionário CES e a idade, no entanto, não só a hipótese não se verificou, como se provou precisamente o contrário em algumas subescalas. A variável idade aparece negativamente correlacionada com as subescalas Certeza dos Resultados, Instrumentalidade do Método e Instrumentalidade da Tomada de Decisão, pertencentes à escala Crenças de Exploração. Deste modo, parece-nos que quanto mais idade têm os sujeitos da amostra, menos certezas têm acerca de vir a ocupar uma posição favorável no mercado de trabalho e as crenças de que o método de exploração e a tomada de decisão contribuem para uma maior probabilidade de encontrar trabalho parecem desvanecer. A idade aparece igualmente

correlacionada negativamente com a Exploração de Si Próprio, revelando que quanto mais idade os reclusos têm, menos exploração de interesses, valores e características pessoais fazem. A idade não se correlaciona com a escala Reações à Exploração.

Prevvia-se que as escalas Crenças de Exploração, Comportamentos de Exploração e Reações à Exploração se correlacionavam positivamente com a duração da pena. Esta hipótese não foi verificada, uma vez que não se encontraram correlações entre a duração da pena e as escalas do questionário CES.

Além das correlações com as variáveis sociodemográficas, correlacionaram-se as subescalas do questionário entre si. Como tal, surge na escala Reações à Exploração, uma correlação positiva entre o stresse percebido face à exploração e o stresse face à tomada de decisão, assim, verifica-se que, quanto mais tensão os reclusos sentem em relação ao processo de exploração, mais stresse sentem face à tomada de decisão. Os dois tipos de stresse encontram-se associados positivamente.

No conjunto de subescalas dos Comportamentos de Exploração, a subescala Exploração do Meio surge correlacionada simultaneamente com as subescalas Exploração Sistemática Intencional, Exploração de Si Próprio e Quantidade de Informação. Como tal, pode-se afirmar que, para esta amostra, quanto mais exploração do meio existe, mais exploração das características pessoais também existirá, de uma forma intencional e mais informação o sujeito terá das profissões e do mercado de trabalho.

Com a existência de correlações positivas também entre a Exploração de Si Próprio e a Exploração Sistemática e Intencional e, ainda, entre a Exploração Sistemática Intencional e a Quantidade de Informação, pode-se afirmar que, para esta amostra, a exploração do meio e de si próprio de uma forma intencional influenciam positivamente a quantidade de informação acerca do meio profissional, sendo que as subescalas se correlacionam todas entre si positivamente.

É a escala de Crenças Exploratórias que mais correlações se verificam entre as subescalas. De facto, com exceção de dois casos, as subescalas correlacionam-se todas positivamente, influenciando-se entre si. A partir destes resultados verifica-se que, nesta amostra, quanto maior a crença em todo o processo exploratório, maior será o grau de importância associado ao desempenho da profissão de eleição, maior será a certeza e expectativa de atingir uma posição favorável no mercado de trabalho e, consequentemente, maior será a perceção das possibilidades de emprego na área de

eleição aquando a libertação. Pode-se afirmar que, de facto, o desenvolvimento de crenças positivas face ao processo de exploração poderá ser benéfico para a criação de expectativas positivas face ao mercado de trabalho.

Com a análise de regressão simples, foi possível testar o efeito das variáveis idade, duração da pena, habilitações literárias, estado civil e parentalidade como preditoras das subescalas do questionário CES. Relativamente à escala Reações de Exploração, nenhuma das variáveis sociodemográficas parece ter efeito preditor. Na escala Crenças de Exploração, as variáveis idade e habilitações literárias têm efeito preditor sobre a subescala Certeza dos Resultados.

Quanto à escala Comportamentos de Exploração, a idade revelou-se preditora da subescala Instrumentalidade do Método e Instrumentalidade da Tomada de Decisão, influenciando, assim, a perceção de que o método de exploração e a tomada de decisão conduzem ao alcance dos objetivos profissionais. Estes resultados corroboram os resultados de Rogers, Creed, e Glendon (2008) que identificaram a idade como preditora do processo exploratório. Também na escala de Crenças de Exploração, a idade revelou-se preditora na subescala Certeza dos Resultados.

O estado civil revelou-se preditor das subescalas Exploração do Meio, Stresse face à Exploração e Stresse face à Tomada de Decisão.

Os resultados deste estudo podem contribuir para uma melhoria das intervenções e acompanhamentos feitos a pessoas que se encontrem a cumprir pena nos estabelecimentos prisionais com o objetivo de aumentar o sucesso da sua reinserção profissional.

6. Conclusão

A presente investigação teve como objetivo analisar as competências de exploração vocacional numa amostra de reclusos, analisar as relações entre as competências de exploração e as variáveis sociodemográficas e verificar o efeito preditor das mesmas. Apresentamos as conclusões principais do estudo, destacamos algumas limitações inerentes ao mesmo e relevamos algumas propostas para investigações futuras.

Este estudo veio contribuir com dados novos para a Psicologia, uma vez que parece não existir investigações que relacionem a exploração vocacional com a reclusão e daí a impossibilidade de comparar as presentes conclusões com estudos idênticos.

Com a revisão da literatura, parece unânime que, de fato, os reclusos encontram-se numa situação profissional dificultada, quer pela perda de competências sociais que são obstáculo à reinserção social, quer pela ausência do mercado de trabalho (Cunha, 2008). O conceito de adaptação de Savickas (1997) não poderia estar mais adequado quando se fala de pessoas que são retiradas do meio social, adaptam-se a uma subcultura organizacional específica da prisão (e antagónica da reinserção social) e são libertados e confrontados com o desemprego e a impossibilidade de rendimento sustentável (Cunha, 2008). As dificuldades económicas, a falta de socialização e a exclusão social, que são muitas vezes impulsionadoras de atos criminosos, fazem da maioria dos reclusos pessoas com baixa escolaridade e, portanto, com poucas oportunidades de emprego num mercado de trabalho cada vez mais competitivo (Creed, Hood, & Patton, 2009). E completa-se um ciclo vicioso, onde os ex-reclusos não conseguem encontrar oportunidades de emprego e, dadas as dificuldades económicas e exclusão social, podem voltar à reincidência no crime.

A análise das competências de exploração vocacional tem o propósito de diagnosticar problemas relacionados com as crenças de exploração, onde se verifica em que medida os reclusos acreditam que o processo de exploração e a tomada de decisão contribuem para o alcance dos objetivos profissionais, qual a perceção em relação às oportunidades de emprego na área preferida, o grau de certeza de vir a atingir uma posição favorável no mercado de trabalho e o grau de importância atribuído ao alcance do emprego preferido que os reclusos têm; os comportamentos de exploração onde se verifica se os indivíduos têm comportamentos exploratórios de conhecimento de si próprios, de conhecimento do meio, de que forma estes comportamentos são intencionais e a quantidade de informação que possuem das profissões e mercado de trabalho; as reações à exploração que traduzem a quantidade de tensão que os reclusos sentem em relação à exploração e à tomada de decisão e a satisfação com a informação que têm sobre as profissões e o mercado de trabalho (Silva, 2008).

De acordo com os resultados, pode-se afirmar que os reclusos desta amostra apresentam algumas crenças exploratórias e exibem alguns comportamentos exploratórios. Face às reações à exploração, exibem pouco stresse face à exploração e à tomada de decisão, o que não era expetável dada a situação de dificuldade de reinserção no mercado de trabalho em que se encontram, porém os resultados das crenças de exploração parecem justificar esta falta de stresse. Os reclusos parecem mostrar

expetativas elevadas face à ocupação do posto de trabalho que preferem e às oportunidades de emprego, no entanto estas crenças podem ser ilusórias e não corresponderem à realidade.

Verificou-se que quanto maior for a pena de prisão, piores são as percepções de oportunidade de emprego por parte dos reclusos, pelo que, apesar de existirem crenças face às oportunidades de emprego, estas vão diminuindo consoante o tempo de prisão aumenta. Também a idade influencia a percepção da inserção no mercado de trabalho, sendo que os reclusos mais velhos demonstram expetativas mais baixas face à ocupação de uma posição favorável no mercado de trabalho. O tempo de prisão e a idade são, para esta amostra, representativas de expetativas e percepções de oportunidades de trabalho reduzidas.

O tamanho da amostra foi uma limitação ao estudo, existem vários obstáculos quando se recolhe dados da população reclusa. Um deles prende-se com a possível não identificação por parte dos reclusos com a investigação em si e, por isso, a pouca aderência ao preenchimento dos questionários, ou preenchimento credível e completo. Apesar da autorização da Direção Geral dos Serviços Prisionais e da colaboração do estabelecimento prisional de Caldas da Rainha, que muito agradecemos, a burocracia torna a recolha de dados mais morosa, o que é também uma limitação.

Como investigações futuras, seria muito interessante realizar a análise das competências da exploração vocacional considerando diferenças de género e, portanto, com uma amostra reclusa de ambos os sexos. Seria interessante também aplicar esta investigação a uma amostra reclusa maior, englobando vários estabelecimentos prisionais para obter uma perspetiva mais geral. Outra possibilidade, seria avaliar as competências de exploração vocacional na população reclusa antes e depois da aplicação de um programa de orientação vocacional e profissional e, num momento mais tarde, voltar a fazer a mesma avaliação depois dos mesmos reclusos serem libertados, avaliando efetivamente o sucesso do programa e a empregabilidade destes reclusos face a reclusos que não receberam nenhum programa de apoio deste género.

Esperamos que este estudo tenha contribuído para uma melhor compreensão da população reclusa a nível de perspetivas futuras de empregabilidade e que possa ter influência em intervenções e investigações futuras neste âmbito.

7. Referências bibliográficas

- Afonso, J.M. & Taveira, M.C. (2001). *Exploração da carreira na adolescência: o papel do estatuto social e do género*. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho
- Bandura, A., Azzi, R., Polydoro, S., & et al., (2008). *Teoria social cognitiva: conceitos básicos*. Porto Alegre: Artmed.
- Bardagi, M. P. & Hutz, C. S. (2010). Satisfação de vida, comprometimento com a carreira e exploração vocacional em estudantes universitários. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(1), 159-170.
- Benavente, R. (2002). Delinquência juvenil: Da disfunção social à psicopatologia. *Análise Psicológica*, 4 (20), 637-645
- Betz, N. & Voyten, K. (2012). Efficacy and outcome expectations influence career exploration and decidedness. *The Career Development Quarterly*, 46 (2), 179-189.
- Blustein, D. (1997). A context – rich perspective of career exploration across the life roles. *The Career Development Quarterly*, 45 (3), 260-274
- Bráz, C. (2009). *O comportamento criminal feminino e a disfunção executiva*. Dissertação de Mestrado Porto: Universidade do Porto.
- Brown, S. D., & Krane, N. E. (2000). Four (or five) Sessions and a cloud of dust: old assumptions and new observations about career counseling. In S. Brown & R. Lent (Eds.). *Handbook of Counseling Psychology* (3th ed., pp. 740-749). New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Coelho, C. (2008). *Atitudes de guardas prisionais relativamente a contacto sexuais entre reclusos e à sua prevenção*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho: Braga.
- Costa, J. (2005). *Competências adquiridas ao longo da vida: Processos, trajectos e efeitos*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho: Braga.
- Creed, P., Hood, M., & Patton, W. (2009). Career development and personal functioning differences between work-bound and non-work bound students. *Journal of Vocational Behavior*, 76 (1), 37-41
- Crewe, B. (2011). Depth, weight, tightness: Revisiting the pains of imprisonment'. *Punishment & Society*, 13- 509.
- Cunha, M. P. (1991). A prisão feminina como 'ilha de Lesbos' e 'escola do crime'. *Centro de Estudos Judiciários*, 7, 163-184.

- Cunha, M. P. (2008). Prisão e Sociedade: Modalidades de uma Conexão. In M. P. Cunha (Org.), *Aquém e Além da Prisão. Cruzamentos e Perspectivas* (pp. 7 -32). Lisboa: Editora Noventa Graus.
- Damião, S. (2010). *Avaliação do impacto da implementação de um programa de formação para o empreendedorismo em técnicos penitenciários*. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa: Lisboa.
- Direção Geral de Reinserção Social. (2012). Plano de Atividades DGRS 2012. Lisboa
- Faria, L. & Loureiro, M.N. (2012). Teoria do Caos e Aconselhamento de Carreira: implicações para a prática. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 13 (2), 235-244.]
- Faria, L. (2008). *A eficácia da consulta psicológica vocacional de jovens: estudo do impacto de uma intervenção*. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho: Braga.
- Faria, L., & Taveira, M.C. (2006). Ativação do Desenvolvimento Vocacional: Avaliação de uma intervenção psicológica. In J. Tavares, A. Pereira, C. Fernandes & S. Monteiro. *Ativação do Desenvolvimento Psicológica: Actas do Simpósio Internacional* (pp. 179- 188). Aveiro: Universidade de Aveiro - Comissão Editorial.
- Faria, L., Taveira, M. C., & L, Saavedra. (2008). Exploração e decisão de carreira numa transição escolar: Diferenças individuais. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 9 (2), 17-30.
- Fatela, J. (1996). Système Pénitentiaire reetabolition de la peine de mort au Portugal. *Sociétés et Representations*, 277-286.
- Flum, H., & Blustein, D. (2000). Reinvigorating the study of vocational exploration: A framework for research. *Journal of Vocational Behavior*, 56 (3), 380-404
- Fonseca, A. (2006). *Atitudes dos reclusos lusos e ciganos face ao ensino recorrente*. Dissertação de Mestrado. Universidade Aberta: Lisboa.
- Fonseca, A. (2008). Mulheres em cumprimento de pena: um estudo exploratório no sistema prisional português. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto: Porto.
- Fugate, M., Kinicki, A. J., & Ashforth, B. E. (2004). Employability: A psychosocial construct, its dimensions and applications. *Journal of Vocational Behavior*, 65, 14-38.

- Gabriel, D. (2007). *(De)Formação de adultos em contexto prisional: um contributo*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto: Porto.
- Gago, T. (2008). *Crenças de eficácia nos papéis de carreira, valores de vida e prática de supervisão de ensinamentos clínicos, em enfermeiros*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa: Lisboa.
- Galvão, L. (2007). *Propriedades psicométricas do Defensive Style Questionnaire – 40 (DSQ – 40) para a população prisional*. Tese de Doutoramento. Universidade Católica de Campinas: Campinas.
- Ginzberg, E., Ginsburg, S. W., Axelrad, S., & Herma, J. L. (1951). *Occupational choice: an approach to a general theory*. NY: Columbia Univ. Press.
- Gleitman, H., Fridlund, A., Reisberg, D., (2009). *Psicologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Golembeski, C., & Fullilove, R. (2005). Criminal (in)justice in the city and its associated health consequences. *Public Health*, 95 (10), 1701-1706.
- Gomes, C., Duarte, M., & Almeida, J. (2004). Crimes, penas e reinserção social: Um olhar sobre o caso português. *Atas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*, 5, 27-34.
- Gomes, I. (2008). *Da Prisão à Liberdade: Reinserção social de ex-reclusos*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Gonçalves, C., & Coimbra, J. (2007). O papel dos pais na construção de trajetórias vocacionais dos seus filhos. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 8 (1), 1-17.
- Gonçalves, R. A. (2000). *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão*. Coimbra: Quarteto.
- Gonçalves, R. A. (2008). *Crime e Adaptação à Prisão*. Coimbra: Quarteto.
- Gonçalves, R., & Vieira, A. (2005). Atitudes face aos reclusos em guardas prisionais: implicações para a formação do pessoal penitenciário. *Temas Penitenciários*, 3 (1 & 2), 23-28.
- Gonçalves, S. (2007). *O desenvolvimento da carreira em adultos pouco escolarizados*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro: Aveiro.
- Gottfredson, M. & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford: Stanford University Press.

- Granovetter, M.S. (1974). *Getting a job: a study of contacts and careers*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- Greenhaus, J.H. & Sklarew, N.D. (1981). Some sources and consequences of career exploration. *Journal of Vocational Behavior*, 18, 1-12.
- Greenhaus, J.H., Hawkins, B.L. & Brenner, O.C. (1983). The impact of career exploration on the career decision-making process. *Journal of College Student Personnel*, 24, 495-502.
- Gutteridge, T. & Ullman, J. (1973). On the returns to the job search: an empirical study. *Academy of Management Proceedings*, 33, 366-372
- Hardin, E. E., Varghese, F. P., Tran, U. V., & Carlon, A. Z. (2006). Anxiety and career exploration: Gender differences in the role of self-construal. *Journal of Vocational Behavior*, 69, 346-358.
- Jordaan, J. P. & Super, D. E. (1974). The prediction of early adult vocational behavior. In D. F. Ricks, A. Thomas & M. Roff (Eds.), *Life history research in psychopathology*, (Vol.3, pp.108-130). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Jordan, J., (1963). Exploratory behavior: The formation of self and occupational concepts. *Career development: Self-concept theory*, 42-78.
- Kosine, N., & Lewis, M. (2009). Growth and exploration: Career development theory and programs of study. *Career and Technical Education Research*, 33 (3), 227-243.
- Lapan, R.T., Aoyagi, M. & Kayson, M. (2007). Helping rural adolescents make successful postsecondary transitions: A longitudinal study. *Professional School Counseling*, 10, 266-272.
- Leite, L. (2010). *Preocupações de carreira e adaptabilidade: um estudo exploratório numa amostra de candidatos à função de operador de empilhador*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa: Lisboa.
- Lochner, L., & Moretti, E. (2001). *The effect of education on crime: evidence from prison inmates, arrests, and self-reports*. National Bureau of Economic Research.
- Marsh, I., & Keating, M. (2006). Crime and punishment. *Sociology: Making sense of society*. Edinburgh: Pearson Prentice Hall.
- Mestrado. Universidade do Minho: Braga.

- Moreira, N. (2009). *Factores de risco associados à ideação suicida durante a prisão preventiva: estudo exploratório*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho: Braga.
- Mota, A., (2010). *Exploração, dificuldades na tomada de decisão e indecisão vocacional no ensino básico*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho: Braga.
- Oliver, L. W., & Spokane, A. R. (1988). Career-Intervention Outcome What Contributes to Client Gain? *Journal of Counseling Psychology*, 35, 447-462.
- Pager, D. (2006). Medir a discriminação. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, 18 (2), 65-88.
- Pinto, J. (2010). *Gestão pessoal da carreira, estudo de um modelo de intervenção psicológica com bolseiros de investigação*. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho: Braga.
- Pinto, S. (2010). *Perspectiva jurídica da humanização do sistema prisional integrada no tratamento penitenciário*. Dissertação de Mestrado.: Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa.
- Pires, S., (2011). *Externalização e processamento emocional e social em reclusos*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro: Aveiro.
- Polaschek, D. L. L. (2012). An appraisal of the risk–need–responsivity (RNR) model of offender rehabilitation and its application in correctional treatment’. *Legal and Criminological Psychology*, 17, 1–17.
- Porfeli, E., & Skorikov, V. (2009). Specific and divertive career exploration during late adolescence. *Journal of Career Assessment*, 18 (1), 46-58.
- Quelhas, A., & Guerreiro, J. (2010). Raciocínio deontico em reclusos. *Análise Psicológica*, 4 (28), 597 – 618.
- Ramakers, A., Wilsem, J., & Apel, R., (2012). The effect of labor market absence on finding employment: A comparison between ex-prisoners and unemployed future prisoners. *European Journal of Criminology*, 9(4), 442-461.
- Ramos, I. (2011). *Contributos da educação: (re)viver na prisão*. Relatório de estágio de mestrado. Universidade de Lisboa: Lisboa.
- relacionadas com o estatuto socioeconómico e com o sexo*. Dissertação de

- Rocha, D. (2010). *Utilização de Internet nos estabelecimentos prisionais portugueses*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro. Aveiro.
- Rogers, M., Creed, P., & Glendon, A. (2008). The role of personality in adolescent career planning and exploration: A social cognitive perspective. *Journal of Vocational Behavior*, 73 (1), 132-142.
- Rowold, J. (2007). Individual influences on knowledge acquisition in a call center training context in Germany. *International Journal of Training and Development*, 11(1), 21-34.
- Rowold, J., & Staufenbiel, K. (2010). The validity of a German version of the career exploration survey. *Internacional Journal for Educacional and Vocacional Guidance*, 10 (1), 21-34.
- Santos, B. (2003). *A reinserção social dos reclusos: um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional*. Coimbra: Faculdade de Economia.
- Savickas, M. (1997). Career adaptability: an integrative construct for life-span, life-space theory. *The Career Development Quarterly*, 45 (3), 247-259.
- Silva, D. (2008). *A construção de carreira no ensino superior*. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho: Braga.
- Silva, F. & Taveira, M. C. (2010). *Career exploration Survey para adultos não universitários*. Versão para investigação, não publicada. Universidade do Minho. Braga.
- Silva, F., (2010). *Competências de exploração vocacional de adultos não universitários*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho: Braga.
- Social Exclusion Unit. (2002). *Reducing Re-offending by ex-prisoners*. Office of the Deputy Prime Ministersociety. Edinburgh: Pearson Prentice Hall.
- Sparta, M. (2003). *A exploração e a indecisão vocacionais em adolescentes no contexto educacional brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Rio Grande do Sul.
- Spokane, A. R. & Oliver, L. W. (1983). The outcomes of vocational intervention. In W. B. Walsh & S. H. Osipow (Eds.), *Handbook of Vocational Psychology* (pp. 99-126). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum
- Stumpf, S. A. & Colarelli, S. M. (1980). Career exploration: development of dimensions and some preliminary findings. *Psychological Reports*, 47, 979-988.

- Stumpf, S. A., Colarelli, S. M., & Hartman, K. (1983). Development of the career exploration survey (CES). *Journal of Vocational Behavior*, 22, 191-226.
- Super, D. (1980). A life-span, life-space approach to career development. *Journal of Vocational Behavior*, 16, 282-298.
- Tavares, G., & Almeida, R. (2010). Violência, dependência química e transtornos mentais em presidiários. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 27 (4), 545-552.
- Taveira, M. C. & Moreno, M. L. R. (2003). Guidance theory and practice: The status of career exploration. *British Journal of Guidance and Counseling*, 21 (2), 189-204.
- Taveira, M. C. (1997). *Exploração e desenvolvimento vocacional de jovens: Estudo sobre as relações entre a exploração, a identidade e a indecisão vocacional*. Tese de Doutorado. Braga: Universidade do Minho.
- Taveira, M. C. (2001). Exploração vocacional: teoria, investigação, e prática. *Psicológica*, 26, 5-27.
- Teixeira, M.A.P. & Gomes, W.B. (2005). Decisão de Carreira entre Estudantes em Fim de Curso Universitário. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 327-334.
- Tyler, J. & Kling, J. (2006). Prison-based education and re-entry into the mainstream labor market. *JBEL*, J31.
- Velarde, M., & Martínez, P. (2008). Perspectiva temporal futura en adolescents institucionalizados. *Revista de Psicología*, 26 (2), 255-276.
- Wanous, J. P.(1977). Organization entry: Newcomers moving from outside to inside. *Psychological Bulletin*, 84, 601-618.
- Whiston, S. C., Brecheisen, B. K., & Stephens, J. (2003). Does treatment modality affect career counseling effectiveness? *Journal of Vocational Behavior*, 62, 390-410.
- Whiston, S. C., Sexton, T., & Lasoff, D. (1998). Career-intervention outcome: a replication and extension of Oliver and Spokane (1988). *Journal of Counseling Psychology*. 45, 150-165.